PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS

PODER EXECUTIVO

D.O.E.

Edição 2.107
Quinta-feira, 08 de Outubro de 2026
www.saofidelis.rj.gov.br | Lei Mun. nº 1.508

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS

Prefeito
José William Ribeiro de Oliveira
Vice-Prefeito
Fábio Silva de Abreu

Órgãos do Poder Executivo

Chefia de Gabinete do Prefeito
Daniel Menezes de Souza
Procuradoria Geral
Maycon Christopher Rodrigues Alvarenga de Souza Silva
Controladoria Geral do Município
Marcos Vinícius Teixeira da Rocha
Secretaria Municipal de Comunicação Social
Dyana Ribeiro da Silva
Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos
Rogéria de Carvalho Quintan
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
André Cordeiro da Silva Moraes
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
João Marcos Gomes de Carvalho Ferraz
Secretaria Municipal de Segurança Urbana
Carlos Alberto Soares de Souza
Secretaria Municipal de Educação
Jonathas Silva de Souza
Secretaria Municipal de Fazenda
Neiva Peres Gomes
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Bruno de Oliveira Alvarenga
Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento
Marcelo Diniz de Matos Azevedo
Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Alessandro Mendonça Miquelan
Secretaria Municipal de Saúde
Janine Petrutes Palagar
Secretaria Municipal de Assistência Social
Kelly Mendonça Lanhas
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental
Said Pinto Machado Junior
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca
Vanderlei Freitas Moreth
Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana
Jamilton Cabreira Palmares
Secretaria Municipal de Governo e Articulação
Jhonatas Mendonça Meirelles

PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS | GABINETE DO PREFEITO

LEI N° 1.868, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO ENGENHEIRO AMBIENTAL, DO ARQUITETO, FIXA SUAS REMUNERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária semanal dos cargos de provimento efetivo de Engenheiro Ambiental e de Arquiteto, que passarão de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes dos cargos previstos no *caput* deste artigo deverão optar, expressamente, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação desta Lei, pela manutenção da jornada vigente ou pela adesão à jornada de trabalho prevista no *caput*.

Art. 2º. Em decorrência do acréscimo da jornada de trabalho de que trata o art. 1º desta Lei, ficam fixados em R$ 4.032,00 (quatro mil e trinta e dois reais) os vencimentos dos cargos de Engenheiro Ambiental e de Arquiteto submetidos à jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis-RJ, 07 de outubro de 2026.

José William Ribeiro de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS | GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.209, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

DECLARA A NECESSIDADE E AUTORIZA EXCEPCIONAL E EMERGENCIALMENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, DE QUE CUIDA O ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS**, no Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 82, inciso VI, e 120, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de salvaguardar imediatamente o transcurso normal dos serviços ligados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, proporcionando atendimento célere e eficiente;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para atendimento da requisição contida no Ofício nº 165/2026 – PJCIVSFD, expedido pela Promotoria de Justiça Cível de São Fidélis, no âmbito do Procedimento Administrativo nº 05.22.0001.0000421/2023-59;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do processo administrativo nº 100017520/2026, acerca de contratação temporária para atender as demandas do CREAS;

CONSIDERANDO a observância dos Princípios da Supremacia e da Continuidade do Serviço Público;

CONSIDERANDO a insuficiência de profissionais concursados para atender a demanda;

CONSIDERANDO a indispensabilidade de contratação necessária ao funcionamento inadiável dos serviços públicos, devidamente justificada no processo administrativo supracitado;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal possibilita a edição de lei regulamentando a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX), e que no âmbito desta Municipalidade tal matéria se encontra disposta na Lei Municipal nº 1.733/2023;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a necessidade e, portanto, autorizada a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade emergencial do Município, ante excepcional interesse público, destinada à execução das atividades relacionadas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, podendo este Poder Executivo Municipal efetivar tais atos nos termos da Lei nº 1.733/2023, estritamente de acordo com a disposição descrita no Anexo Único.

Art. 2º - A contratação deverá ser efetivada por despacho motivado e fundamentado do Secretário Municipal de Assistência Social ou equivalente e homologado pelo Chefe do Poder Executivo, justificando o interesse público e a necessidade da contratação, nos termos do presente decreto.

Art. 3º - A contratação para atender à necessidade prevista no presente decreto, ante sua natureza emergencial, não dependerá de processo seletivo, devendo-se observar estritamente a qualificação curricular e a competência técnica do contratado para realização de suas funções, com plena observância do princípio da impessoalidade.

Art. 4º - A contratação por prazo determinado de que trata este Decreto se aplica o regime jurídico administrativo especial, sem que ocorra a incidência das disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Fidélis-RJ, 07 de outubro de 2026.

José William Ribeiro de Oliveira
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 5.209, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

FUNÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Pedagogo	01	20h/semana	R$ 1.621,00

São Fidélis-RJ, 07 de outubro de 2026.

José William Ribeiro de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS | GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 354, DE 09 DE JULHO DE 2026.

José William Ribeiro de Oliveira, Prefeito Municipal de São Fidélis/RJ, no pleno exercício do seu mandato e no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os nomes abaixo para o mandato do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o Biênio 2026 - 2027.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

1- **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Titular: Héllya Maria Assunção Castelar Trindade
Suplente: Rafaela Maciel Braga Pereira

2- **Secretaria Municipal de Educação**

Titular: Regina D'Arc Dias dos Santos Robes
Suplente: Áurea Helena Jardim Menezes Dias

3- **Secretaria Municipal de Fazenda**

Titular: Neiva Peres Gomes
Suplente: Giulia Freixo Brito

4- **Secretaria Municipal de Saúde**

Titular: Jéssika Pereira Peitudo
Suplente: Danielle Almeida

5- **Controladoria Geral Interna**

Titular: Marcos Vinicius Teixeira da Rocha
Suplente: Rhuan Barreto de Oliveira

6- **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**

Titular: José Antônio Gonçalves de Azevedo
Suplente: Ronaldo de Souza Barcelos

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1- Dois Representantes Dos Usuários Ou De Organização De Usuários

1-Titular: Reginaldo Amaral Almeida
Suplente: Patrícia Braz dos Santos Neves

2-Titular: Ednaldo Noé de Alvarenga
Suplente: Alessandra Pomada Silva

2- Representantes De Entidades E Organizações De Assistência Social

1-Titular: Lucélia Rodrigues da Silva Freixo
Suplente: Adailma de Andrade Peçanha

2-Titular: Gilçara do Carmo Carvalho
Suplente: Rosilane Navega Garcia

3- Representantes De Trabalhadores Do Suas

1-Titular: Leila Medeiros de Barro Vieira
Suplente: Gilçara do Carmo Carvalho

2-Titular: Gleisson Gil dos Santos Silva
Suplente: Leandro de Melo Nunes

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Fidélis/RJ, 07 de outubro de 2026.

José William Ribeiro de Oliveira
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Corregedoria Geral do Município – CRGM

PORTARIA CRGM Nº 21, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Prorroga prazo da Portaria CRGM nº 11/2026, de 10 de Julho de 2026."

O **CORREGEDOR GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 41 da Lei Municipal nº 1.338/2012, bem como demais normas aplicáveis à espécie, considerando o despacho do Presidente da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo exarado nos autos do processo administrativo nº 1000010462/2026, no qual requer a prorrogação de prazo,

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo de vigência da Portaria CRGM nº 11/2026, de 10 de Julho de 2026, nos termos do Art. 258 da Lei 150/1983.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis/RJ, 07 de Outubro de 2026.

Henrique Serra da Silva
Corregedor Geral do Município
Mat. 14781-8

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 5
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA 5
3. ARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA MUNICIPAL E O PLANO 5
PARTE I – DIAGNÓSTICO 7
4. CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL – 2026 7
5. TRAJETÓRIA ATUAL DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 7
6. DESAFIOS E POTENCIALIDADES 7
Potencialidades 7
Desafios 8
Condições estruturantes 8
7. LEITURA TERRITORIAL E CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO 8
PARTE II – PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO 9
8. DIRETRIZES DO PLANO 9
9. OBJETIVO GERAL 9
10. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 9
11. TRAJETÓRIA PROJETADA DE EXPANSÃO – 2026 A 2029 9
12. METAS E AÇÕES ESTRUTURANTES 10
13. ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO POR FASES 10
13.1. Fase I – 2027 10
13.2. Fase II – 2028 10
13.3. Fase III – 2029 10
14. CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO 11
Infraestrutura 11
Recursos humanos 11

Alimentação 11
Transporte 11
Currículo e pedagogia 11
Gestão democrática 11
15. FINANCIAMENTO E VIABILIDADE 11
PARTE III – MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO 12
16. GOVERNANÇA DO PLANO 12
17. INDICADORES DE MONITORAMENTO 12
18. CICLO ANUAL DE MONITORAMENTO 12
19. CRONOGRAMA GERAL 2027–2029 13
20. CONSIDERAÇÕES FINAIS 13
REFERÊNCIAS E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA 13
ANEXO I – QUADRO DA REDE E MATRÍCULAS ETI 14
ANEXO II – MATRIZ TERRITORIAL 14
ANEXO III – MATRIZ DE METAS, AÇÕES E INDICADORES 14
ANEXO IV – FICHA DE MONITORAMENTO ANUAL 14

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis/RJ constitui instrumento de planejamento da expansão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral para o período de 2027 a 2029.

Sua elaboração parte da política municipal instituída pelo Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026, e articula-se às diretrizes nacionais de qualidade e equidade para a Educação Integral em Tempo Integral e às orientações do Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão.

O Plano organiza a expansão a partir de três movimentos complementares: diagnóstico da realidade da rede, planejamento das metas e ações e monitoramento da trajetória de implementação. O Guia do MEC apresenta exatamente essa organização: Diagnóstico, Planejamento e Monitoramento.

O Plano não substitui a Política Municipal nem os demais instrumentos de planejamento educacional. Ele traduz a política já instituída em uma trajetória concreta de expansão, considerando as características da rede, as condições das unidades e as especificidades dos territórios.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

- Constituição Federal, especialmente os dispositivos relativos ao direito à educação e ao financiamento da educação básica.
- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 14.640/2023 – Programa Escola em Tempo Integral.
- Emenda Constitucional nº 135/2024, no que se refere à destinação de recursos do Fundeb para criação de matrículas em tempo integral.
- Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e atualização pela Resolução nº 2/2026.
- Resolução CIF nº 23/2026.
- Plano Nacional de Educação e demais instrumentos decenais vigentes.
- Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação, observada a vigência.
- Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026.
- Parecer CME nº 04/2026.
- Demais atos normativos do Sistema Municipal de Ensino relacionados à organização curricular, avaliação, inclusão, gestão democrática, alimentação, transporte, PPPs e organização das unidades escolares.

3. ARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA MUNICIPAL E O PLANO

A Política Municipal estabelece princípios, objetivos e diretrizes. O Plano de Expansão organiza a trajetória de ampliação da oferta, traduzindo esses fundamentos em metas, prioridades, ações e mecanismos de acompanhamento.

Instrumento	Função	Relação com o Plano
Política Municipal de EITI	Define princípios, objetivos e diretrizes.	Referência política e normativa.
Plano de Expansão	Planeja a trajetória de ampliação da oferta.	Instrumento estratégico da expansão 2027–2029.
Referencial Curricular	Orienta a concretização curricular e pedagógica.	Sustenta a organização pedagógica.
PPP das unidades	Concretiza a política no cotidiano escolar.	Incorpora princípios e estratégias.
PAR e demais instrumentos	Apoiam ações e investimentos.	Mobilizados conforme necessidades e possibilidades.

PARTE I – DIAGNÓSTICO

4. CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL – 2026

A Rede Municipal de Ensino registra, em 2026, 4.208 matrículas distribuídas entre Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental e EJA. A leitura dessa base dimensiona a oferta atual e permite estabelecer a relação entre o total de matrículas e aquelas organizadas em tempo integral.

Etapa	Matrículas da rede	Matrículas ETI	Cobertura ETI
Creche	646	576	89,16%
Pré-escola	624	63	10,10%
Anos Iniciais	1780	164	9,21%
Anos Finais	1003	144	14,36%
EJA	97	0	0,00%
TOTAL	**4.208**	**951**	**22,60%**

Fonte: dados municipais da Rede Municipal de Ensino – 2026. O total considera a base integral de matrículas da rede.

5. TRAJETÓRIA ATUAL DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Em 2026, a rede apresenta 951 matrículas em Educação Integral em Tempo Integral, correspondentes a 22,60% do total de 4.208 matrículas. A oferta está organizada em nove unidades identificadas como ETI no planejamento municipal de 2026.

- E.M. Albertino Nascimento
- E.M. Vitalino Valente
- E.M. Washington Pontes
- C.E. Antônia Gomes Venâncio Bonfim
- C.E. Antônio Medeiros
- C.E. Dona Zizi
- C.E. José Rangel
- C.E. Valdir Vieira
- C.E. Vereador Roberto Carlos

Para fins deste Plano, E.M. Romualdo, E.M. Manoel José Pereira e E.M. Ned Cordeiro não são classificadas como unidades ETI na configuração de 2026.

6. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Potencialidades

política municipal formalizada; experiência acumulada de oferta ETI; unidades já organizadas em tempo integral; possibilidade de articulação com instrumentos federativos; desenvolvimento de referencial curricular específico.

Desafios

infraestrutura; recursos humanos; alimentação e transporte; integração curricular; continuidade da oferta entre etapas; adequações em unidades prioritárias; acompanhamento da expansão sem comprometer a qualidade.

Condições estruturantes

a expansão deve ser acompanhada da qualificação da rede, considerando infraestrutura, alimentação, transporte, gestão, currículo, formação profissional, articulação intersetorial e uso educativo dos territórios.

7. LEITURA TERRITORIAL E CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

A expansão será orientada prioritariamente pelas características e necessidades dos territórios, e não por critérios exclusivamente relacionados ao tamanho das unidades ou à identificação individual dos estudantes. Serão considerados aspectos sociais, territoriais, demográficos, educacionais, logísticos, de infraestrutura e de acesso às políticas públicas.

O território é utilizado como referência de planejamento para reconhecer desigualdades entre comunidades e organizar a expansão de modo a ampliar oportunidades educacionais onde a oferta qualificada de jornada integral possa produzir maior efeito na garantia do direito à educação.

Fase	Unidade/ação	Território	Oferta	Referência	Condição
Fase I – 2027	E.M. Oscar Pereira da Silva	São Vicente/Chatuba	Educação Infantil em ETI	Referência futura: 104 matrículas	Reorganização da oferta existente
Fase I – 2027	Nova unidade – Ipuca	Ipuca	Educação Infantil	Aprox. 188 crianças	Conclusão da construção; articulação com PAR
Fase II – 2028	CIEP 420 Joaquim Maia Brandão	São Vicente/Chatuba e território de atendimento	Anos Iniciais	Aprox. 252 matrículas ETI	Adequações e organização da oferta
Fase III – 2029	E.M. Manoel José Pereira	Santa Catarina – área rural	Expansão futura em ETI	Quantitativo a definir	Reforma/adequação
Fase III – 2029	E.M. Francisco Hilarião	Angelim/Pureza	Expansão futura em ETI	Quantitativo a definir	Reforma/adequação

12. METAS E AÇÕES ESTRUTURANTES

Meta	Tema	Descrição	Período	Indicadores
1	Expandir progressivamente a oferta de ETI	Ampliar a oferta em 2027–2029, consolidando a trajetória da rede.	2027–2029	Matrículas ETI; % ETI
2	Priorizar territórios com maiores necessidades	Orientar a expansão por critérios territoriais, sociais, educacionais, demográficos e logísticos.	2027–2029	Territórios priorizados
3	Qualificar a infraestrutura	Adequar espaços, acessibilidade, equipamentos e condições de funcionamento.	Contínuo	Adequações realizadas
4	Garantir recursos humanos	Planejar alocação e formação dos profissionais necessários.	Contínuo	Necessidades atendidas
5	Integrar jornada, currículo e território	Articular Referencial Curricular, PPPs, tempos, espaços e práticas pedagógicas.	2027–2029	PPPs e ações pedagógicas
6	Promover equidade e inclusão	Garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem.	Contínuo	Frequência e indicadores de equidade
7	Garantir alimentação	Adequar alimentação escolar à jornada ampliada.	Contínuo	Regularidade da oferta
8	Assegurar transporte	Compatibilizar rotas e organização do transporte com a expansão.	Contínuo	Atendimento das necessidades
9	Fortalecer gestão democrática	Ampliar participação das comunidades e articulação intersetorial.	2027–2029	Conselhos e ações intersetoriais
10	Monitorar e revisar	Acompanhar indicadores e ajustar trajetórias quando necessário.	Anual	Relatórios e revisões

13. ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO POR FASES

13.1. Fase I – 2027

E.M. Oscar Pereira da Silva – atendimento do território de São Vicente/Chatuba, com reorganização da oferta para Educação Infantil em tempo integral. A referência de 104 matrículas decorre da projeção de 159 matrículas atuais, das quais 55 correspondem ao 1º ano, e não constitui criação automática de 104 novas matrículas.

Ipuca – previsão de nova oferta de Educação Infantil para aproximadamente 188 crianças, condicionada à conclusão da construção e às condições de funcionamento, com articulação aos instrumentos de planejamento e financiamento, inclusive o PAR.

13.2. Fase II – 2028

CIEP 420 Joaquim Maia Brandão – previsão de aproximadamente 252 matrículas em tempo integral nos Anos Iniciais, fortalecendo a continuidade da trajetória escolar e a oferta para o território atendido.

13.3. Fase III – 2029

E.M. Manoel José Pereira – possibilidade de expansão futura, condicionada à reforma e adequações necessárias na unidade.

E.M. Francisco Hilarião – possibilidade de expansão futura em Angelim/Pureza, condicionada às adequações estruturais necessárias. O quantitativo será definido após diagnóstico atualizado.

PARTE II – PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO

8. DIRETRIZES DO PLANO

- Expansão progressiva, planejada e sustentável.
- Articulação entre ampliação da oferta e qualificação das condições de atendimento.
- Prioridade às características e necessidades dos territórios.
- Integração entre jornada, currículo, tempos, espaços e experiências educativas.
- Qualidade, equidade, inclusão, participação e acompanhamento da aprendizagem.
- Gestão democrática e participação das comunidades escolares.
- Articulação intersetorial e uso educativo dos territórios.
- Monitoramento contínuo e possibilidade de revisão das metas.

9. OBJETIVO GERAL

Planejar e orientar a expansão progressiva, qualificada e territorialmente referenciada da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São Fidélis, no período de 2027 a 2029, articulando a ampliação de matrículas à qualificação das condições de oferta e aos princípios da Política Municipal.

10. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ampliar gradualmente as matrículas em tempo integral;
- priorizar territórios com maiores necessidades sociais e educacionais;
- organizar a expansão por etapas e modalidades;
- adequar infraestrutura, alimentação, transporte e recursos humanos;
- consolidar a integração entre currículo, jornada e território;
- fortalecer a participação das famílias e Conselhos Escolares;
- acompanhar acesso, permanência, aprendizagem, equidade e condições de oferta;
- revisar a trajetória diante de mudanças que afetem a implementação.

11. TRAJETÓRIA PROJETADA DE EXPANSÃO – 2026 A 2029

Ano	Creche ETI	Pré ETI	Fundamental/CF ETI	Total ETI
2026	576	63	312	951
2027	764	167	312	1243
2028	764	167	564	1495
2029	—	—	—	A definir após avaliação

A referência de 104 matrículas da E.M. Oscar Pereira da Silva representa reorganização da oferta existente e não deve ser automaticamente tratada como 104 novas matrículas criadas. A referência de 188 crianças em Ipuca está condicionada à conclusão da construção e às condições de funcionamento.

14. CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

Infraestrutura

Adequação de ambientes, acessibilidade, segurança, mobiliário e equipamentos.

Recursos humanos

Planejamento da alocação e formação dos profissionais necessários.

Alimentação

Adequação da alimentação escolar à jornada ampliada.

Transporte

Compatibilização das rotas e da organização do transporte com a expansão.

Currículo e pedagogia

Articulação ao Referencial Curricular e aos PPPs, evitando a simples extensão quantitativa do tempo escolar.

Gestão democrática

Participação de gestores, profissionais, famílias, estudantes e Conselhos Escolares.

15. FINANCIAMENTO E VIABILIDADE

A expansão será viabilizada mediante a articulação das diferentes fontes de recursos disponíveis para a educação pública municipal, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O Município considerará os recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em tempo integral, nos termos da legislação vigente, bem como recursos próprios e demais programas e mecanismos de financiamento disponíveis.

A programação dos recursos será realizada de acordo com as necessidades de cada etapa de expansão, considerando infraestrutura, recursos humanos, alimentação, transporte, materiais pedagógicos e demais condições necessárias à oferta qualificada.

O detalhamento financeiro permanecerá nos instrumentos orçamentários, administrativos e de execução próprios.

PARTE III – MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO

16. GOVERNANÇA DO PLANO

A implementação será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares e demais setores municipais envolvidos, respeitadas as competências institucionais do Sistema Municipal de Ensino.

- SEMED: coordenação, planejamento, acompanhamento das metas e consolidação dos relatórios.
- Unidades escolares: execução das ações, registros e participação no monitoramento.
- Gestores e equipes pedagógicas: acompanhamento pedagógico e das condições de oferta.
- Conselhos Escolares: participação, acompanhamento e diálogo com as comunidades.
- Conselho Municipal de Educação: competências normativas, consultivas e de acompanhamento previstas na legislação.
- Demais setores municipais: apoio às condições de infraestrutura, alimentação, transporte e ações intersetoriais.

17. INDICADORES DE MONITORAMENTO

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte/registro
Expansão	Matrículas ETI por etapa	Anual	Censo Escolar / rede
Cobertura	Percentual ETI sobre total	Anual	Censo Escolar / rede
Território	Expansão nos territórios priorizados	Anual	SEMED / unidades
Infraestrutura	Unidades com adequações realizadas	Semestral/Anual	Relatórios técnicos
Recursos humanos	Cobertura das necessidades	Semestral	SEMED
Pedagógico	PPPs e organização curricular articulados à EITI	Anual	Unidades
Permanência	Frequência e permanência	Bimestral/Anual	Registros escolares
Aprendizagem	Indicadores de acompanhamento	Bimestral/Anual	Registros pedagógicos
Alimentação	Regularidade e adequação	Contínuo/Anual	SEMED / unidades
Transporte	Atendimento das necessidades	Contínuo/Anual	Setor responsável
Gestão democrática	Participação dos Conselhos e comunidades	Anual	Atas e relatórios

18. CICLO ANUAL DE MONITORAMENTO

- 1º trimestre: atualização do diagnóstico, matrícula e condições de implementação.
- 2º trimestre: acompanhamento da execução e identificação de necessidades de correção.
- 3º trimestre: avaliação intermediária dos indicadores e preparação do ano seguinte.
- 4º trimestre: consolidação dos resultados, relatório anual e revisão das metas e ações, quando necessária.

A revisão das metas poderá adequar quantitativos, cronogramas e estratégias diante de alterações normativas, demográficas, de infraestrutura, de recursos humanos, de disponibilidade orçamentária ou de outras condições que afetem a implementação.

19. CRONOGRAMA GERAL 2027–2029

Ano	Prioridades	Principais ações	Resultado esperado
2027	Fase I	Oscar Pereira; Ipuca; adequações; PPPs; monitoramento inicial.	Ampliação e reorganização da oferta.
2028	Fase II	CIEP 420; consolidação de 2027; avaliação e ajustes.	Ampliação nos Anos Iniciais.
2029	Fase III	Avaliação geral; possíveis expansões condicionadas; revisão do Plano.	Consolidação e definição da trajetória seguinte.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral de São Fidélis conecta a Política Municipal já instituída às decisões concretas de expansão da oferta. Sua finalidade não se limita à ampliação quantitativa das matrículas: orienta uma expansão qualificada, territorialmente referenciada e acompanhada das condições necessárias à garantia do direito à educação integral.

A trajetória 2027–2029 parte da realidade atual da rede, reconhece suas potencialidades e desafios e estabelece prioridades de forma gradual. Ao considerar os territórios como referência de planejamento, o Município organiza a expansão de maneira coerente com as necessidades das comunidades e com as possibilidades concretas de cada unidade.

O Plano deverá ser acompanhado, avaliado e, quando necessário, revisado, mantendo articulação com a Política Municipal, os instrumentos de planejamento educacional e as normas nacionais e municipais vigentes.

REFERÊNCIAS E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral. 2026.
- BRASIL. Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, e respectivo Guia.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e atualização pela Resolução nº 2/2026.
- SÃO FIDÉLIS. Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026.
- SÃO FIDÉLIS. Conselho Municipal de Educação. Parecer CME nº 04/2026.
- SÃO FIDÉLIS. Secretaria Municipal de Educação. Dados da Rede Municipal de Ensino – 2026.
- SÃO FIDÉLIS. Plano de Expansão de Vagas de Educação Infantil – 2026.

ANEXO I – QUADRO DA REDE E MATRÍCULAS ETI

Etapa	Total 2026	ETI 2026	Cobertura
Creche	646	576	89,16%
Pré-escola	624	63	10,10%
Anos Iniciais	1780	164	9,21%
Anos Finais	1003	144	14,36%
EJA	97	0	0,00%

ANEXO II – MATRIZ TERRITORIAL

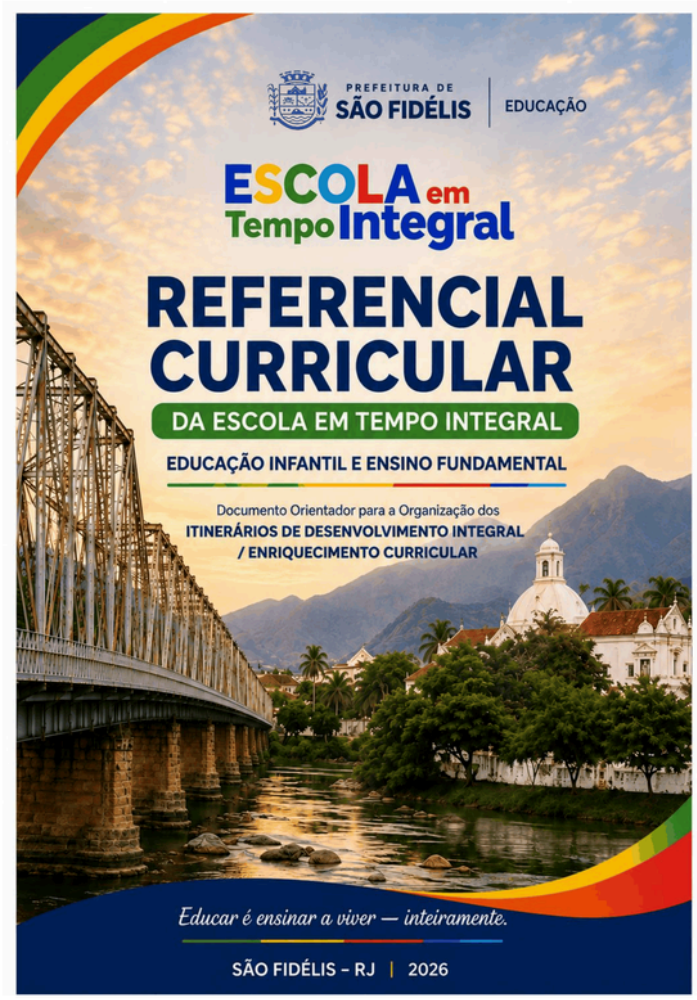
Fase	Unidade/Ação	Território	Oferta	Referência	Condição
Fase I – 2027	E.M. Oscar Pereira da Silva	São Vicente/Chatuba	Educação Infantil em ETI	Referência futura: 104 matrículas	Reorganização da oferta existente
Fase I – 2027	Nova unidade – Ipuca	Ipuca	Educação Infantil	Aprox. 188 crianças	Conclusão da construção; articulação com PAR
Fase II – 2028	CIEP 420 Joaquim Maia Brandão	São Vicente/Chatuba e território de atendimento	Anos Iniciais	Aprox. 252 matrículas ETI	Adequações e organização da oferta
Fase III – 2029	E.M. Manoel José Pereira	Santa Catarina – área rural	Expansão futura em ETI	Quantitativo a definir	Reforma/adequação
Fase III – 2029	E.M. Francisco Hilarião	Angelim/Pureza	Expansão futura em ETI	Quantitativo a definir	Reforma/adequação

ANEXO III – MATRIZ DE METAS, AÇÕES E INDICADORES

Meta	Tema	Descrição	Período	Indicadores
1	Expandir progressivamente a oferta de ETI	Ampliar a oferta em 2027–2029, consolidando a trajetória da rede.	2027–2029	Matrículas ETI; % ETI
2	Priorizar territórios com maiores necessidades	Orientar a expansão por critérios territoriais, sociais, educacionais, demográficos e logísticos.	2027–2029	Territórios priorizados
3	Qualificar a infraestrutura	Adequar espaços, acessibilidade, equipamentos e condições de funcionamento.	Contínuo	Adequações realizadas
4	Garantir recursos humanos	Planejar alocação e formação dos profissionais necessários.	Contínuo	Necessidades atendidas
5	Integrar jornada, currículo e território	Articular Referencial Curricular, PPPs, tempos, espaços e práticas pedagógicas.	2027–2029	PPPs e ações pedagógicas
6	Promover equidade e inclusão	Garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem.	Contínuo	Frequência e indicadores de equidade
7	Garantir alimentação	Adequar alimentação escolar à jornada ampliada.	Contínuo	Regularidade da oferta
8	Assegurar transporte	Compatibilizar rotas e organização do transporte com a expansão.	Contínuo	Atendimento das necessidades
9	Fortalecer gestão democrática	Ampliar participação das comunidades e articulação intersetorial.	2027–2029	Conselhos e ações intersetoriais
10	Monitorar e revisar	Acompanhar indicadores e ajustar trajetórias quando necessário.	Anual	Relatórios e revisões

ANEXO IV – FICHA DE MONITORAMENTO ANUAL

Meta/Ação	2027	2028	2029	Status	Observações/Encaminhamentos
Expandir progressivamente a oferta de ETI				A preencher	
Priorizar territórios com maiores necessidades				A preencher	
Qualificar a infraestrutura				A preencher	
Garantir recursos humanos				A preencher	
Integrar jornada, currículo e território				A preencher	
Promover equidade e inclusão				A preencher	
Garantir alimentação				A preencher	
Assegurar transporte				A preencher	
Fortalecer gestão democrática				A preencher	
Monitorar e revisar				A preencher	



Comissão Organizadora

Secretário Municipal de Educação
Jonathas Silva de Souza

Superintendente de Desenvolvimento Educacional
Celso Gomes Maia Júnior

Coordenadora da Educação Integral em Tempo Integral
Ana Paula da Silva Ribeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SÃO FIDÉLIS - RJ

2026

Comissão Organizadora

Secretário Municipal de Educação
Jonathas Silva de Souza

Superintendente de Desenvolvimento Educacional
Celso Gomes Maia Júnior

Coordenadora da Educação Integral em Tempo Integral
Ana Paula da Silva Ribeiro

Professora
Livia Franco Coelho Malafaia

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SÃO FIDÉLIS – RJ

2026

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de São Fidélis (SEMED) apresenta o Referencial Curricular da Escola em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis, documento que orienta a organização curricular e pedagógica das unidades escolares que integram a oferta de Educação Integral em Tempo Integral no Município.

A elaboração deste Referencial representa um importante marco na consolidação da proposta municipal de Educação Integral, ao estabelecer uma concepção comum para a organização do currículo, dos tempos, dos espaços e das experiências educativas desenvolvidas ao longo da jornada escolar ampliada.

A proposta parte da compreensão de que Educação Integral não se limita à ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola. Ampliar a jornada significa ampliar também as possibilidades de aprender, conviver, criar, participar, experimentar, cuidar, expressar-se e desenvolver-se, assegurando que os diferentes tempos e espaços da escola estejam articulados por uma intencionalidade educativa comum.

Nessa perspectiva, o currículo é compreendido como elemento central da experiência formativa, articulando conhecimentos, práticas, experiências e saberes e reconhecendo os estudantes em sua integralidade. A organização curricular busca favorecer o desenvolvimento das diferentes dimensões que constituem a formação humana, considerando as características, necessidades, interesses e potencialidades dos estudantes e as particularidades dos territórios em que as escolas estão inseridas.

O Referencial propõe, assim, uma organização curricular integrada, interdisciplinar, contextualizada e significativa, na qual a Formação Geral Básica dialogue permanentemente com as experiências e práticas de Enriquecimento Curricular, evitando a fragmentação da jornada escolar e fortalecendo a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento.

A escola em tempo integral é compreendida como espaço de aprendizagem, convivência, participação, cultura, proteção, criação e exercício da cidadania. Por essa razão, os diferentes ambientes escolares, os espaços do território, os saberes da comunidade e as experiências vivenciadas pelos estudantes podem constituir importantes elementos do processo educativo, desde que integrados ao planejamento e às intencionalidades pedagógicas da escola.

A implementação desta proposta reconhece a importância da participação dos estudantes, profissionais da educação, famílias e comunidade, fortalecendo relações de corresponsabilidade e construindo uma cultura escolar pautada no diálogo, na participação, no respeito às diferenças e na garantia do direito de aprender e se desenvolver.

Ao mesmo tempo em que estabelece referências comuns para a Rede Municipal de Ensino, este documento reconhece a identidade e as especificidades de cada unidade escolar. Sua concretização deverá dialogar com os Projetos Político-Pedagógicos, com as características dos territórios e com as necessidades concretas de cada comunidade escolar, garantindo unidade sem produzir uniformidade.

Este Referencial representa, portanto, um compromisso com a construção de uma escola que qualifica o tempo educativo, amplia oportunidades e reconhece a educação como processo permanente de formação humana.

Mais do que permanecer mais tempo na escola, nossos estudantes precisam encontrar, em cada momento da jornada, mais possibilidades de aprender, participar, conviver, criar e desenvolver seus projetos de vida.

É nessa direção que a Rede Municipal de Ensino de São Fidélis assume a Educação Integral em Tempo Integral como compromisso com uma educação pública de qualidade, inclusiva, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral de todos os seus estudantes.

São Fidélis, 2026.

SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO....3
1. INTRODUÇÃO E PROPÓSITO DA DIRETRIZ....7
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MARCOS NORMATIVOS....9
2.1 Marcos Nacionais....9
2.2 Marcos Municipais....11
2.3 Articulação Normativa....11
3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO PEDAGÓGICA....12
3.1. Promoção e defesa dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão social....12
3.2. Justiça curricular....13
3.3. Indissociabilidade entre tempo e proposta pedagógica....13
3.4. A cidade como território educativo....14
3.5. Corresponsabilidade entre escola, família, comunidade e poder público....14
3.6. Articulação intersetorial....14
3.7. Sustentabilidade socioambiental e justiça climática....15
3.8. Reconhecimento da pluralidade dos sujeitos e de suas trajetórias....15
3.9. Gestão democrática e participativa da escola e do território educativo....15
3.10. Desdobramentos pedagógicos dos princípios....16
3.10.1. Indissociabilidade entre cuidar e educar....16
3.10.2. Acessibilidade curricular e práticas pedagógicas inclusivas....16
3.10.3. Educação digital e midiática....16
3.10.4. Avaliação como processo formativo....16
4. COMPETÊNCIAS GERAIS PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR....17
4.1. Articulação Das Competências Gerais Com As Experiências De Enriquecimento Curricular....20
4.2. Princípio da integração curricular....22
4.3. Flexibilidade e contextualização....22
4.4. Competências como referência para o planejamento e a avaliação....22
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL....23
5.1. EIXOS INTEGRADORES DO CURRÍCULO....23
5.2. ITINERÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL....25
5.3. ARTICULAÇÃO E FLEXIBILIDADE CURRICULAR....25
6. IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO....25
7. IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL: HABILIDADES DA BNCC E AÇÕES PEDAGÓGICAS SUGERIDAS- ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO)....29
7.1. Eixo I- Acompanhamento Pedagógico E Desenvolvimento Das Aprendizagens....30
7.2. Eixo II – Cultura, Arte E Expressão....35
7.3. Eixo III – Corpo, Movimento E Qualidade De Vida....39
7.4. Eixo IV – Cidadania, Participação E Desenvolvimento Socioemocional....40
7.5. Eixo V – Tecnologia, Computação E Cultura Digital....43
7.6. Eixo VI – Educação Ambiental E Sustentabilidade....44
8. IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL: HABILIDADES DA BNCC E AÇÕES PEDAGÓGICAS SUGERIDAS- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)....46
8.1. Eixo I – Acompanhamento Pedagógico E Desenvolvimento Das Aprendizagens....46
8.2. Eixo II – Cultura, Arte E Expressão....53
8.3. Eixo III – Corpo, Movimento E Qualidade De Vida....60
8.4. Eixo IV – Cidadania, Participação E Desenvolvimento Socioemocional....62
8.5. Eixo V – Tecnologia, Computação E Cultura Digital....67
9. METODOLOGIAS....70
10. AVALIAÇÃO....71
11. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUIDADE....72
12. INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E TERRITÓRIO EDUCATIVO....72
13. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO....73
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS....74
15. REFERÊNCIAS....75

REFERENCIAL CURRICULAR DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

1. INTRODUÇÃO E PROPÓSITO DA DIRETRIZ

O presente Referencial Curricular da Escola em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis constitui documento orientador da organização curricular e pedagógica da Educação Integral em Tempo Integral, estabelecendo referências comuns para a implementação da proposta nas unidades escolares da Rede Municipal, em consonância com os princípios, objetivos e diretrizes definidos pela Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, instituída pelo Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026.

Sua elaboração parte da compreensão de que a Educação Integral em Tempo Integral representa uma concepção de educação comprometida com a formação humana integral, a equidade, a inclusão, a aprendizagem e a garantia do direito à educação, reconhecendo o estudante em sua integralidade e considerando as diferentes dimensões que constituem seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a ampliação da jornada escolar não se caracteriza como simples extensão do tempo de permanência dos estudantes na escola. O tempo ampliado deve ser compreendido como tempo educativo qualificado, destinado à ampliação das oportunidades de aprendizagem, convivência, participação, criação, expressão, cultura, esporte, lazer e desenvolvimento, assegurando intencionalidade pedagógica em todos os momentos que integram a jornada escolar.

A organização da Educação Integral em Tempo Integral pressupõe, portanto, a superação da fragmentação entre turno e contraturno, compreendendo a jornada ampliada como um percurso educativo único, contínuo e integrado. Nesse percurso, os diferentes componentes, experiências, práticas e espaços educativos devem estabelecer relações de complementaridade e continuidade, contribuindo para a construção de aprendizagens significativas e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

O currículo assume, nessa perspectiva, papel estruturante da proposta, articulando a Formação Geral Básica às experiências, práticas e componentes de Enriquecimento Curricular, de modo a promover integração entre conhecimentos, saberes, linguagens e experiências. Essa organização deverá favorecer práticas interdisciplinares e contextualizadas, evitando a fragmentação dos processos educativos e fortalecendo a relação entre aquilo que se aprende na escola e a realidade vivenciada pelos estudantes.

A proposta reconhece, ainda, que os processos educativos acontecem em diferentes tempos, espaços e relações. A escola constitui espaço privilegiado de aprendizagem, mas não está dissociada do território em que se encontra inserida. Os saberes locais, as manifestações culturais, os espaços comunitários e as características sociais, culturais e ambientais do território constituem referências importantes para a construção de experiências educativas significativas.

Ao mesmo tempo, a garantia de uma Educação Integral com qualidade exige atenção permanente às desigualdades educacionais e sociais, de modo que a ampliação da jornada contribua efetivamente para a promoção da equidade. A proposta deverá considerar as diferentes condições, trajetórias, necessidades e potencialidades dos estudantes, assegurando

práticas inclusivas e condições para acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento.

O Referencial estabelece, assim, unidade de concepção e orientação para a Rede Municipal de Ensino, sem desconsiderar a identidade e as especificidades de cada unidade escolar. Sua implementação deverá dialogar com os Projetos Político-Pedagógicos, com as características de cada comunidade e com os territórios educativos, permitindo que as escolas contextualizem as orientações curriculares às suas realidades.

A concretização da Educação Integral em Tempo Integral pressupõe, ainda, a atuação articulada dos diferentes sujeitos que integram a comunidade escolar e o território, reconhecendo a importância da gestão democrática, da participação, da corresponsabilidade, da valorização dos profissionais da educação e da articulação intersetorial para a efetivação da política.

Dessa forma, este Referencial tem como propósito orientar a construção de uma experiência escolar integrada, na qual currículo, tempos, espaços, relações e práticas pedagógicas estejam articulados em favor da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes.

Mais do que organizar uma jornada ampliada, trata-se de qualificar a experiência educativa, garantindo que o tempo integral represente efetivamente mais oportunidades de aprender, conviver, participar, criar e desenvolver-se, em uma escola comprometida com a equidade, a inclusão, a qualidade social da educação e a formação integral de todos os estudantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MARCOS NORMATIVOS

A estruturação do presente **Referencial Curricular da Escola em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis** encontra fundamento no conjunto de normas constitucionais, legais e regulamentares que asseguram o direito à educação, orientam a organização curricular da Educação Básica e estabelecem princípios e diretrizes para a Educação Integral em Tempo Integral.

Constituem referências para sua elaboração e implementação:

2.1 MARCOS NACIONAIS

- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, especialmente os arts. **205, 206, 210 e 227**, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, assegurando princípios como igualdade de condições de acesso e permanência, liberdade de aprender, pluralismo de ideias e gestão democrática, além da proteção integral de crianças e adolescentes.

- **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, especialmente o art. 53, que assegura à criança e ao adolescente o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, especialmente os arts. 2º, 3º, 26 e 34, que estabelecem as finalidades da educação, os princípios do ensino, a organização curricular da Educação Básica e a progressiva ampliação da jornada escolar, orientando a construção de currículos articulados às características regionais e locais.

- **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino.

- **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**, que amplia essa obrigatoriedade para incluir a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, reafirmando o compromisso curricular com a diversidade étnico-cultural brasileira.

- **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)**, especialmente as diretrizes relacionadas à ampliação da educação em tempo integral e à melhoria da qualidade da Educação Básica, com destaque para as Metas 6 e 7.

- **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**, especialmente o art. 27, que assegura sistema educacional inclusivo e condições para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência.

- **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância**, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento integral da criança na primeira infância.

- **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais, competências e habilidades a serem asseguradas ao longo da Educação Básica, constituindo referência para a elaboração dos currículos dos sistemas e redes de ensino.

- **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, orientando a organização curricular e pedagógica das etapas e modalidades da Educação Básica na perspectiva da formação humana integral.

- **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estabelecendo princípios e orientações para a organização das propostas pedagógicas dessa etapa.

- **Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024**, que institui as **Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil**, constituindo referência para a organização, implementação e avaliação de políticas e práticas voltadas à garantia da qualidade e da equidade nessa etapa.

- **Parecer CNE/CEB nº 2, de 17 de fevereiro de 2022, e Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022**, referentes às normas sobre **Computação na Educação Básica**, complementares à BNCC, contemplando dimensões relacionadas ao Pensamento Computacional, ao Mundo Digital e à Cultura Digital.

- **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**, que institui o **Programa Escola em Tempo Integral** e estabelece diretrizes para o fomento à criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica.

- **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**, que institui as **Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica**, estabelecendo referências para a organização curricular, pedagógica, gestão, participação, equidade, acompanhamento e avaliação da política de Educação Integral em Tempo Integral.

- **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026**, que atualiza as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, devendo ser observada na implementação e no desenvolvimento da política municipal.

- **Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026**, que institui os **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral**, constituindo referência para a organização, implementação, acompanhamento e avaliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral.

2.2 MARCOS MUNICIPAIS

No âmbito do Município de São Fidélis, o presente Referencial Curricular articula-se aos instrumentos normativos e deliberativos que estruturam a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, especialmente:

- **Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026**, que **institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de São Fidélis**, estabelecendo seus princípios, objetivos, diretrizes, organização, responsabilidades institucionais, critérios de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

- **Parecer CME nº 04/2026**, do **Conselho Municipal de Educação de São Fidélis**, que aprecia e aprova a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, constituindo manifestação do órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino acerca da proposta apresentada pelo Poder Executivo Municipal.

- **Demais atos normativos do Sistema Municipal de Ensino de São Fidélis**, especialmente aqueles que disciplinam a organização curricular, a avaliação da aprendizagem, a educação inclusiva, a organização das unidades escolares, os Projetos Político-Pedagógicos e as demais matérias relacionadas à Educação Básica, observadas suas competências e vigência.

2.3 ARTICULAÇÃO NORMATIVA

A fundamentação deste Referencial deve ser compreendida de forma integrada e hierarquizada. Os marcos nacionais estabelecem os direitos, princípios, diretrizes e parâmetros gerais da educação brasileira; o Decreto Municipal nº 5.148/2026 traduz esses fundamentos para a realidade e para as necessidades do Município de São Fidélis; e o presente Referencial Curricular orienta sua concretização no âmbito curricular e pedagógico das unidades escolares.

Desse modo, a organização curricular da Escola em Tempo Integral deverá observar simultaneamente os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na legislação nacional, as diretrizes específicas da Educação Integral em Tempo Integral, os parâmetros de qualidade e equidade e as disposições estabelecidas pela Política Municipal.

A implementação curricular deverá, ainda, manter articulação permanente com os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, assegurando que os princípios e diretrizes da Educação Integral em Tempo Integral sejam efetivamente incorporados às práticas pedagógicas, à organização dos tempos e espaços educativos, aos processos avaliativos e às estratégias de acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO PEDAGÓGICA

A ação pedagógica da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis observará os princípios estabelecidos no art. 3º do Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026, traduzindo-os em orientações para a organização curricular, os tempos e espaços educativos, as práticas pedagógicas, a convivência escolar e as relações estabelecidas entre escola, estudantes, famílias e território.

Os princípios constituem referências para a elaboração e revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, para o planejamento pedagógico, para a organização curricular e para o acompanhamento e a avaliação da implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas unidades escolares.

3.1. Promoção e defesa dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão social

A Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar que todos os estudantes tenham garantidos seus direitos de acesso, permanência, participação e aprendizagem, considerando as diferentes condições sociais, culturais, territoriais e individuais que constituem a comunidade escolar.

A ação pedagógica deverá reconhecer as diferenças como dimensão constitutiva da escola e promover práticas que enfrentem desigualdades, preconceitos, discriminações e diferentes formas de violência, garantindo condições para que todos os estudantes participem efetivamente das experiências educativas.

A equidade deverá orientar a organização das oportunidades educativas, considerando que oferecer educação com qualidade exige reconhecer necessidades diferentes e adotar estratégias pedagógicas capazes de responder a essas diferenças. Essa perspectiva está diretamente relacionada às medidas previstas pela Política Municipal para a distribuição equitativa das matrículas e para a priorização de territórios e escolas com maior vulnerabilidade social.

3.2. Justiça curricular

A justiça curricular constitui princípio estruturante da Educação Integral em Tempo Integral e compreende a organização de conteúdos, conhecimentos, experiências e práticas educativas orientados à garantia de uma vida digna para todos os estudantes e à superação das desigualdades, discriminações e preconceitos.

Nesse sentido, o currículo deverá assegurar acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, ao mesmo tempo em que reconhece os saberes, as experiências, as culturas e as características dos diferentes sujeitos e territórios.

A justiça curricular implica, portanto, não apenas ampliar a quantidade de experiências oferecidas aos estudantes, mas assegurar que o tempo ampliado represente ampliação efetiva de direitos, conhecimentos, repertórios culturais, oportunidades e possibilidades de aprendizagem.

3.3. Indissociabilidade entre tempo e proposta pedagógica

A ampliação da jornada escolar deverá estar articulada à proposta pedagógica da unidade escolar, constituindo um processo educativo único, contínuo e intencional.

Conforme estabelece o Decreto Municipal nº 5.148/2026, a Educação Integral em Tempo Integral deverá superar a lógica de fragmentação entre turno e contraturno. O currículo deverá integrar permanentemente as experiências educativas desenvolvidas ao longo da jornada, tendo como referência a BNCC, os Temas Transversais Contemporâneos e o currículo próprio da Rede Municipal.

Assim, os diferentes momentos da jornada — aulas, alimentação, acolhimento, higiene, descanso, convivência, atividades culturais, esportivas e demais experiências educativas — deverão estar articulados à proposta pedagógica da escola e organizados com intencionalidade educativa.

3.4. A cidade como território educativo

A Educação Integral em Tempo Integral reconhece a cidade de São Fidélis como território educativo, compreendendo que a aprendizagem pode ocorrer em diferentes espaços, tempos e relações sociais.

Os espaços culturais, esportivos, ambientais, históricos, comunitários e institucionais do Município poderão integrar as experiências educativas, desde que articulados ao planejamento pedagógico e aos objetivos de aprendizagem.

A escola, portanto, amplia suas possibilidades educativas ao estabelecer relações com o território, valorizando sua história, cultura, patrimônio, manifestações artísticas, saberes populares, características ambientais e formas de organização comunitária.

Essa perspectiva também se articula à previsão do Decreto de integração de mestres de saberes e da cultura popular do território às práticas curriculares.

3.5. Corresponsabilidade entre escola, família, comunidade e poder público

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral constitui responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias, os estudantes e a comunidade.

Essa corresponsabilidade deverá materializar-se por meio do diálogo, da participação e da construção coletiva das ações que envolvem a educação dos estudantes.

As unidades escolares deverão fortalecer os mecanismos de participação da comunidade escolar, especialmente por meio dos espaços de gestão democrática e da revisão participativa dos Projetos Político-Pedagógicos, conforme estabelecido pela Política Municipal.

3.6. Articulação intersetorial

A Educação Integral em Tempo Integral reconhece que o desenvolvimento integral dos estudantes não se limita à dimensão educacional e demanda articulação com outras políticas públicas.

Nesse sentido, a ação pedagógica deverá favorecer, quando necessária e pertinente, a articulação com as políticas municipais de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e formação para o trabalho, respeitadas as competências de cada área.

A articulação intersetorial deverá contribuir para a proteção integral dos estudantes, a prevenção de situações de vulnerabilidade e a ampliação das oportunidades educativas e sociais. O Decreto determina expressamente que a SEMED estabeleça protocolos de integração intersetorial.

3.7. Sustentabilidade socioambiental e justiça climática

A Educação Integral em Tempo Integral deverá promover a compreensão crítica das relações entre sociedade, natureza, território e qualidade de vida, incorporando a sustentabilidade socioambiental como dimensão da formação dos estudantes.

As práticas pedagógicas poderão abordar questões relacionadas à preservação ambiental, ao uso responsável dos recursos naturais, às mudanças climáticas, à qualidade de vida e à responsabilidade coletiva na construção de territórios sustentáveis.

A escola deverá, sempre que possível, transformar suas próprias práticas e espaços em oportunidades educativas para o desenvolvimento de atitudes de cuidado e responsabilidade socioambiental.

3.8. Reconhecimento da pluralidade dos sujeitos e de suas trajetórias

A ação pedagógica deverá reconhecer e valorizar a pluralidade dos sujeitos que compõem a Educação Básica, considerando suas diferentes trajetórias étnico-raciais, culturais, religiosas, territoriais, de gênero e de deficiência, conforme expressamente estabelecido na Política Municipal.

Essa perspectiva deverá estar presente na seleção de conteúdos, nas metodologias, nos materiais pedagógicos, nas relações de convivência e nas experiências culturais proporcionadas aos estudantes.

A diversidade deverá ser compreendida como elemento constitutivo do currículo e como oportunidade de ampliação do conhecimento, do respeito mútuo e da convivência democrática.

3.9. Gestão democrática e participativa da escola e do território educativo

A Educação Integral em Tempo Integral deverá ser construída com participação dos diferentes sujeitos que integram a comunidade escolar e o território educativo.

A gestão democrática deverá orientar os processos de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação da política, fortalecendo a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias, Conselhos Escolares e demais segmentos da comunidade.

A participação não deverá limitar-se à consulta, mas constituir elemento efetivo dos processos de decisão, planejamento e avaliação da escola.

3.10. Desdobramentos pedagógicos dos princípios

3.10.1. Indissociabilidade entre cuidar e educar

Na Educação Integral em Tempo Integral, cuidar e educar constituem dimensões indissociáveis do processo educativo.

Os momentos de acolhimento, alimentação, higiene, descanso, convivência e transição entre atividades deverão ser organizados com intencionalidade pedagógica, respeitando as características, necessidades e direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, especialmente na Educação Infantil.

3.10.2. Acessibilidade curricular e práticas pedagógicas inclusivas

A organização curricular deverá assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem para todos os estudantes, utilizando diferentes linguagens, tempos, agrupamentos, metodologias e recursos de apoio.

A acessibilidade deverá ser compreendida como princípio da organização pedagógica e não apenas como adaptação posterior das atividades, buscando eliminar barreiras que possam comprometer a participação e a aprendizagem.

Essa orientação está expressamente prevista no art. 18, inciso II, da Política Municipal.

3.10.3. Educação digital e midiática

A Educação Integral deverá promover o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso ético, responsável, crítico e consciente das tecnologias e das mídias.

As tecnologias digitais deverão ser compreendidas como instrumentos pedagógicos que ampliam possibilidades de pesquisa, comunicação, criação, produção de conhecimento e participação, e não apenas como recursos tecnológicos incorporados à rotina escolar.

3.10.4. Avaliação como processo formativo

A avaliação deverá integrar o processo de ensino e aprendizagem, produzindo informações que permitam identificar avanços, dificuldades, necessidades e possibilidades de intervenção pedagógica.

Na Educação Integral em Tempo Integral, os processos avaliativos deverão estar articulados entre si e contemplar as dimensões diagnóstica, formativa e somativa, conforme previsto no art. 19 do Decreto nº 5.148/2026.

A avaliação deverá, portanto, subsidiar o planejamento e o replanejamento das práticas pedagógicas, contribuindo para a garantia da aprendizagem e para a melhoria contínua da ação educativa.

4. COMPETÊNCIAS GERAIS PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

As experiências de Enriquecimento Curricular desenvolvidas no âmbito da Educação Integral em Tempo Integral têm como referência as Competências Gerais da Educação Básica estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, articulando conhecimentos, habilidades, atitudes e valores às diferentes experiências educativas vivenciadas pelos estudantes ao longo da jornada escolar.

Em consonância com a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de São Fidélis, instituída pelo Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026, o Enriquecimento Curricular deverá ampliar as oportunidades de aprendizagem, participação, criação, convivência, expressão e desenvolvimento dos estudantes, mantendo articulação permanente com a Formação Geral Básica e com o currículo próprio da Rede Municipal de Ensino.

Nesse sentido, as competências apresentadas nesta seção constituem referências prioritárias para o planejamento e o desenvolvimento das experiências de Enriquecimento Curricular, sem configurar currículo paralelo ou dissociado da proposta pedagógica da escola. Sua mobilização deverá ocorrer de maneira integrada, interdisciplinar e contextualizada, considerando as características dos estudantes, as especificidades das etapas e modalidades de ensino, os territórios educativos e os objetivos definidos nos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.

A seleção dessas competências considera sua especial relevância para a concretização dos princípios da Educação Integral em Tempo Integral, especialmente aqueles relacionados à formação integral, à equidade, à participação, ao protagonismo, à diversidade, à inclusão, à cidadania, à cultura, à sustentabilidade, à educação digital e à convivência democrática.

As competências selecionadas são:

Competência 2 – Pensamento científico, crítico e criativo

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções, inclusive tecnológicas, com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

No contexto da Educação Integral em Tempo Integral, essa competência deverá ser mobilizada por meio de experiências que estimulem a investigação, a descoberta, a experimentação, a resolução de problemas e a produção de conhecimentos.

As propostas de Enriquecimento Curricular poderão envolver projetos investigativos, iniciação científica, educação ambiental, atividades experimentais, desafios, pesquisas, oficinas e outras estratégias que possibilitem ao estudante assumir papel ativo na construção do conhecimento.

Competência 4 – Comunicação e expressão por diferentes linguagens

Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

As experiências de Enriquecimento Curricular deverão ampliar as possibilidades de expressão e comunicação dos estudantes, valorizando diferentes linguagens e formas de produção cultural.

As práticas poderão contemplar literatura, leitura, escrita, teatro, música, dança, artes visuais, comunicação, produção audiovisual, expressão corporal e outras manifestações, reconhecendo a diversidade cultural e as diferentes formas de aprender, comunicar e participar.

Competência 5 – Cultura digital

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

A Educação Integral em Tempo Integral deverá favorecer a apropriação crítica e responsável das tecnologias digitais, considerando seu potencial para a aprendizagem, a comunicação, a pesquisa, a criação e a participação social.

As experiências deverão promover não apenas o uso instrumental das tecnologias, mas também o desenvolvimento da autonomia, da autoria, da segurança, da ética, da responsabilidade e da capacidade crítica diante das informações e dos conteúdos disponíveis nos ambientes digitais.

Competência 6 – Cultura, trabalho, cidadania e projeto de vida

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem compreender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

As experiências de Enriquecimento Curricular deverão possibilitar aos estudantes ampliar seus repertórios culturais, reconhecer diferentes formas de conhecimento e estabelecer relações entre os conteúdos escolares, a realidade social, o mundo do trabalho e seus projetos pessoais e coletivos.

Deverão ser valorizados os saberes produzidos no território, as manifestações culturais locais, as diferentes profissões e formas de trabalho e as experiências que contribuam para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de fazer escolhas conscientes.

Competência 7 – Argumentação, direitos humanos e sustentabilidade

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Essa competência deverá ser desenvolvida por meio de experiências que favoreçam o diálogo, a argumentação, a análise crítica de informações e a participação responsável na vida coletiva.

As propostas poderão abordar direitos humanos, cidadania, sustentabilidade, justiça climática, consumo responsável, questões sociais e ambientais, valorizando a realidade do território e a capacidade dos estudantes de compreender problemas e participar da construção de soluções.

Competência 8 – Autoconhecimento e cuidado

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

A Educação Integral deverá considerar o cuidado consigo, com o outro e com o ambiente como dimensão do processo educativo.

As experiências poderão contemplar práticas relacionadas à saúde, ao autocuidado, à alimentação, à atividade física, à convivência, ao reconhecimento e à expressão das emoções, sempre de maneira adequada à etapa de desenvolvimento dos estudantes e articulada às demais dimensões da formação integral.

Competência 9 – Empatia, diálogo, cooperação e valorização da diversidade

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

As experiências de Enriquecimento Curricular deverão favorecer a convivência democrática, o respeito às diferenças e a construção de relações baseadas no diálogo e na cooperação.

As práticas pedagógicas deverão criar oportunidades para que os estudantes desenvolvam estratégias de resolução de conflitos, participação coletiva, trabalho em equipe e valorização das diferentes identidades, culturas, saberes e potencialidades presentes na comunidade escolar.

Competência 10 – Autonomia, responsabilidade e protagonismo

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

A Educação Integral em Tempo Integral deverá criar condições para que os estudantes assumam responsabilidades progressivamente maiores em seus processos de aprendizagem e participação na vida escolar.

As experiências poderão envolver projetos coletivos, participação estudantil, liderança, iniciativas culturais, esportivas, científicas, ambientais e comunitárias, favorecendo o exercício da autonomia, da responsabilidade e do protagonismo.

4.1. ARTICULAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS COM AS EXPERIÊNCIAS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

As competências gerais selecionadas deverão ser mobilizadas de maneira integrada e transversal, não correspondendo, necessariamente, a componentes curriculares específicos.

Dessa forma, uma mesma experiência poderá mobilizar simultaneamente diferentes competências gerais, áreas do conhecimento, componentes curriculares e dimensões da formação integral.

Um projeto de educação ambiental, por exemplo, poderá mobilizar investigação científica, comunicação, cultura digital, argumentação, consciência socioambiental, cooperação e protagonismo, demonstrando que as competências não se desenvolvem de forma fragmentada.

4.3. Flexibilidade e contextualização

A organização das experiências de Enriquecimento Curricular deverá considerar as características de cada unidade escolar, seus estudantes, seus profissionais, seus espaços e recursos disponíveis e, especialmente, as características e potencialidades do território.

Assim, as possibilidades apresentadas neste Referencial possuem caráter orientador, cabendo às unidades escolares, em seus Projetos Político-Pedagógicos, definir as experiências que melhor respondam às necessidades e potencialidades de suas comunidades, observadas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

4.4. Competências como referência para o planejamento e a avaliação

As competências gerais deverão orientar não apenas a definição das experiências de Enriquecimento Curricular, mas também o planejamento pedagógico, o acompanhamento das aprendizagens e a avaliação das experiências desenvolvidas.

Os registros pedagógicos deverão permitir identificar como os estudantes estão mobilizando conhecimentos, habilidades, atitudes e valores nas diferentes situações de aprendizagem, possibilitando o replanejamento das ações e o aperfeiçoamento contínuo da proposta.

Importante: As oito competências selecionadas constituem prioridades para o Enriquecimento Curricular, não significando que as demais Competências Gerais da BNCC deixem de ser trabalhadas. Todas as dez competências gerais permanecem como referência da Educação Básica, sendo as oito aqui destacadas aquelas que apresentam especial potencial de articulação com as experiências e os objetivos da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de São Fidélis.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis articula a Formação Geral Básica aos Itinerários de Desenvolvimento Integral/Enriquecimento Curricular, assegurando unidade, continuidade e intencionalidade pedagógica em toda a jornada escolar.

A jornada ampliada constitui um único processo educativo, superando a fragmentação entre turno e contraturno. Nesse sentido, os Itinerários de Desenvolvimento Integral não constituem currículo paralelo, mas integram a proposta curricular da escola, ampliando, aprofundando e contextualizando as aprendizagens.

A organização curricular estrutura-se em Eixos Integradores, que orientam o planejamento e a articulação das experiências educativas, considerando as diferentes dimensões do desenvolvimento dos estudantes, as características das etapas e modalidades de ensino, as necessidades de aprendizagem e as especificidades do território.

Os Itinerários deverão estar articulados ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares, às orientações da Secretaria Municipal de Educação e às referências curriculares da Rede Municipal, assegurando unidade pedagógica e flexibilidade para atender às características de cada comunidade escolar.

5.1. EIXOS INTEGRADORES DO CURRÍCULO

Eixo	Eixo Integrador	Finalidade	Itinerários de Desenvolvimento Integral / Enriquecimento Curricular
I	**Acompanhamento Pedagógico e Desenvolvimento das Aprendizagens**	Fortalecer, aprofundar e recompor aprendizagens, promovendo autonomia intelectual e desenvolvimento da leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático.	Orientação de Estudos e Clube da Leitura; Jogos Pedagógicos; Recomposição das Aprendizagens; Laboratório de Leitura; Produção Textual; Língua Inglesa; Educação Financeira.
II	**Cultura, Arte e Expressão**	Ampliar experiências artísticas, culturais e expressivas, valorizando criatividade, identidade e pertencimento.	Musicalização; Contação de Histórias; Expressão Corporal; Teatro e Dança; Arte e Criação; Banda Marcial.

Eixo	Eixo Integrador	Finalidade	Itinerários de Desenvolvimento Integral / Enriquecimento Curricular
III	Corpo, Movimento e Qualidade de Vida	Promover desenvolvimento corporal, hábitos saudáveis, convivência, cooperação e bem-estar.	Atividades Recreativas; Atividades Desportivas e Corporais; Práticas Interativas.
IV	Cidadania, Participação e Desenvolvimento Socioemocional	Fortalecer convivência democrática, cultura de paz, direitos humanos, diversidade, relações étnico-raciais, responsabilidade social e projeto de vida.	Brinquedoteca; Mediação de Conflitos; Cidadania e Participação; Vivências Socioemocionais; Projeto de Vida.
V	Tecnologia, Computação e Cultura Digital	Desenvolver competências digitais, pensamento crítico, autoria, inovação e uso ético e responsável das tecnologias.	Tecnologia e Cultura Digital; Inclusão Digital; Robótica Educacional; Cultura Maker.
VI	Educação Ambiental e Sustentabilidade	Desenvolver consciência ambiental, responsabilidade socioambiental e valorização do território e dos recursos naturais.	Educação Ambiental e Sustentabilidade.

5.2. ITINERÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Os Itinerários de Desenvolvimento Integral constituem formas de organização das experiências de Enriquecimento Curricular, articuladas aos Eixos Integradores e à Formação Geral Básica.

Podem ser desenvolvidos por meio de projetos, oficinas, práticas, laboratórios, clubes, atividades investigativas e experiências culturais, artísticas, esportivas, tecnológicas e ambientais, de acordo com as características e necessidades de cada unidade escolar.

Sua organização deverá assegurar intencionalidade pedagógica, interdisciplinaridade, contextualização e integração dos diferentes tempos e espaços educativos, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

5.3. ARTICULAÇÃO E FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A organização dos Itinerários deverá considerar as aprendizagens previstas no currículo da Rede Municipal, o Projeto Político-Pedagógico, as características dos estudantes e as potencialidades do território.

As unidades escolares poderão organizar diferentes experiências dentro dos Eixos Integradores, preservadas as referências comuns estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e neste Referencial.

Dessa forma, a Educação Integral em Tempo Integral assegura unidade curricular para toda a Rede e flexibilidade para cada escola, garantindo que a ampliação da jornada represente efetiva ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

6. IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Na Educação Infantil, a proposta da Educação Integral fundamenta-se na concepção de criança como sujeito histórico, social, cultural e de direitos, que aprende e se desenvolve por meio das interações, das brincadeiras, da exploração, da curiosidade, da imaginação e das múltiplas linguagens.

As experiências educativas deverão assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — promovendo oportunidades para que as crianças construam conhecimentos, desenvolvam sua autonomia, fortaleçam vínculos afetivos e ampliem sua compreensão sobre si, os outros e o mundo.

A organização dos componentes de enriquecimento curricular deverá articular-se aos Campos de Experiências da BNCC, ampliando as oportunidades educativas por meio de vivências

lúdicas, artísticas, corporais, culturais, ambientais e investigativas, em consonância com os princípios da Educação Integral. As práticas pedagógicas valorizarão o protagonismo infantil, a criatividade, a expressão, a convivência, o cuidado, a participação e o desenvolvimento integral das crianças, respeitando seus ritmos, interesses, potencialidades e formas de aprendizagem.

Tabela 6.1: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)

Código	Objetivo de Aprendizagem e Desenvolvimento	Ações Pedagógicas Sugeridas
EI01EO01	Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.	Promover situações de interação, brincadeiras e experiências que favoreçam a construção de vínculos afetivos, a convivência e a percepção das próprias ações no relacionamento com outras pessoas.
EI01EO03	Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos.	Organizar ambientes acolhedores e estimulantes que favoreçam a exploração, a convivência, a curiosidade e as interações entre as crianças e os adultos.
EI01EO04	Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.	Incentivar diferentes formas de comunicação por meio das interações, brincadeiras, músicas, histórias e situações cotidianas, valorizando as expressões e iniciativas dos bebês.
EI01CG02	Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.	Proporcionar experiências de movimento, exploração corporal e brincadeiras que favoreçam o desenvolvimento motor, a autonomia e a descoberta do próprio corpo.
EI01CG04	Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.	Desenvolver práticas relacionadas à alimentação, higiene, repouso e cuidados diários, promovendo o bem-estar, a segurança e a construção gradual da autonomia.
EI01TS01	Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	Desenvolver atividades de musicalização, exploração sonora, cantigas, brincadeiras rítmicas e experiências com diferentes materiais e objetos sonoros.
EI01TS03	Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	Promover experiências musicais diversificadas por meio de cantigas, instrumentos, brincadeiras cantadas e exploração de diferentes sons presentes no ambiente.
EI01EF03	Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas,	Proporcionar momentos de leitura, contação de histórias e exploração de

	observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).	livros, favorecendo a imaginação, a atenção, a linguagem e o contato com diferentes narrativas.
EI01EF06	Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.	Incentivar situações de escuta, diálogo, brincadeiras e interações que ampliem as possibilidades de expressão e comunicação dos bebês.
EI01ET03	Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.	Proporcionar experiências investigativas e sensoriais que estimulem a curiosidade, a observação, a exploração e a descoberta do ambiente.
EI01ET06	Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).	Desenvolver brincadeiras, jogos, circuitos e experiências corporais que possibilitem a exploração de diferentes movimentos, ritmos e deslocamentos.

As práticas pedagógicas destinadas aos bebês deverão respeitar suas necessidades, interesses, ritmos e formas de expressão, sendo organizadas a partir das interações e das brincadeiras. Nessa perspectiva, os componentes de enriquecimento curricular promoverão experiências de cuidado, acolhimento, exploração, comunicação, musicalidade e movimento, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças em ambientes seguros, afetivos e estimulantes.

Tabela 6.2 – Crianças Bem Pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)

Código	Objetivo de Aprendizagem e Desenvolvimento	Ações Pedagógicas Sugeridas
EI02EO01	Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.	Promover situações de convivência, cooperação e cuidado consigo, com o outro e com o ambiente, fortalecendo vínculos afetivos e atitudes de respeito.
EI02EO03	Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.	Desenvolver brincadeiras, jogos e atividades coletivas que favoreçam a interação, o compartilhamento e a convivência em grupo.
EI02EO04	Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.	Incentivar a comunicação por meio de conversas, histórias, músicas, brincadeiras e diferentes formas de expressão.
EI02EO05	Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.	Desenvolver experiências que valorizem a diversidade, a identidade, o respeito às diferenças e a convivência harmoniosa entre as crianças.

EI02EO07	Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.	Favorecer situações de diálogo, escuta e mediação de conflitos, estimulando a construção de relações respeitosas e colaborativas.
EI02CG03	Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.	Proporcionar brincadeiras, circuitos, jogos e atividades corporais que ampliem as possibilidades de movimento, coordenação e expressão corporal.
EI02CG05	Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.	Desenvolver atividades artísticas, lúdicas e de exploração de materiais diversos que favoreçam a coordenação motora fina e a criatividade.
EI02TS03	Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	Promover experiências de musicalização, exploração sonora e brincadeiras rítmicas utilizando diferentes sons, materiais e instrumentos.
EI02EF09	Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.	Proporcionar experiências com diferentes materiais gráficos e artísticos, incentivando a expressão, a criatividade e os primeiros registros.
EI02ET05	Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).	Desenvolver atividades investigativas, jogos e brincadeiras que favoreçam a observação, a comparação e a classificação de objetos e materiais.
EI02ET06	Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).	Promover experiências cotidianas, jogos e atividades que auxiliem na compreensão das relações temporais e da organização da rotina.
EI02ET08	Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).	Desenvolver situações lúdicas de contagem, registro e organização de quantidades presentes no cotidiano das crianças.

As práticas pedagógicas destinadas às crianças bem pequenas deverão favorecer a ampliação da autonomia, da comunicação, das interações e das experiências de exploração do mundo, respeitando seus ritmos e formas de aprendizagem. Os componentes de enriquecimento curricular deverão promover vivências lúdicas, artísticas, corporais e investigativas, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças.

Tabela 6.3 – Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)

Componente de Enriquecimento Curricular	Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento (BNCC)	Ações Pedagógicas Sugeridas
Musicalização	Objetivos relacionados aos Campos de Experiências "Traços, Sons, Cores e Formas" e "Corpo, Gestos e Movimentos".	Desenvolver atividades de musicalização, expressão corporal, cantigas, brincadeiras rítmicas e apreciação de diferentes manifestações musicais.
Contação de Histórias	Objetivos relacionados ao Campo de Experiências "Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação".	Promover momentos de leitura, contação de histórias, reconto, dramatização e exploração de diferentes narrativas.
Orientação de Estudos	Objetivos relacionados aos Campos de Experiências e ao desenvolvimento da curiosidade, da investigação e da autonomia.	Desenvolver atividades de exploração, observação, pesquisa, resolução de problemas e ampliação das experiências de aprendizagem.
Brinquedoteca	Objetivos relacionados aos Campos de Experiências "O Eu, o Outro e o Nós" e "Corpo, Gestos e Movimentos".	Favorecer brincadeiras livres e orientadas, interação social, imaginação, criatividade e desenvolvimento da autonomia.
Práticas Interativas	Objetivos relacionados aos diferentes Campos de Experiências da BNCC.	Promover projetos, jogos, atividades colaborativas e experiências que estimulem a participação, a convivência, a comunicação e o protagonismo infantil.

Na pré-escola, os componentes de enriquecimento curricular ampliam as oportunidades educativas oferecidas às crianças, articulando-se aos Campos de Experiências e aos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento da BNCC. As experiências propostas deverão favorecer a ludicidade, a criatividade, a convivência, a expressão, a investigação, a autonomia e o protagonismo infantil.

Os componentes de enriquecimento curricular deverão ser desenvolvidos por meio de experiências lúdicas, interativas e significativas, promovendo a ampliação dos repertórios culturais, artísticos, corporais e comunicativos das crianças, em consonância com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para a Educação Infantil.

7. IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL: HABILIDADES DA BNCC E AÇÕES PEDAGÓGICAS SUGERIDAS- ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO)

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Integral deverá fortalecer o processo de alfabetização, letramento, raciocínio lógico, desenvolvimento socioemocional, cultura, criatividade, convivência e ampliação das experiências educativas, assegurando a integração

entre os componentes da Formação Geral Básica e os componentes de Enriquecimento Curricular.

As práticas pedagógicas deverão promover experiências interdisciplinares, protagonismo estudantil, metodologias ativas, desenvolvimento da autonomia e fortalecimento das competências gerais da BNCC.

7.1. EIXO I- ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO DAS APRENDIZAGENS

Tabela 7.1.1 – Orientação de Estudos e Clube da Leitura

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15LP01	Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente.	Desenvolver atividades de leitura e interpretação de diferentes gêneros textuais presentes no cotidiano dos estudantes, favorecendo a compreensão de suas finalidades e contextos de uso.
EF15LP03	Localizar informações explícitas em textos.	Realizar atividades de leitura orientada, compreensão textual e identificação de informações relevantes em diferentes gêneros e suportes textuais.
EF15LP04	Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.	Explorar textos ilustrados, histórias em quadrinhos, infográficos, cartazes e outros materiais que integrem linguagem verbal e visual, ampliando as estratégias de compreensão leitora.
EF15LP06	Reler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo.	Desenvolver atividades de produção, revisão e reescrita de textos, fortalecendo a organização das ideias, a clareza e a adequação da escrita.
EF15LP09	Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor.	Promover rodas de leitura, apresentações orais, socialização de produções, debates e momentos de compartilhamento das aprendizagens.
EF01LP05	Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala.	Desenvolver intervenções pedagógicas voltadas à recomposição da alfabetização, considerando as necessidades identificadas nas avaliações diagnósticas.
EF01LP14	Identificar outros sinais no texto além das letras, como pontos finais,	Realizar atividades de leitura expressiva e interpretação textual, explorando os efeitos de sentido

	de interrogação e exclamação e seus efeitos na entonação.	produzidos pelos sinais de pontuação.
EF02LP06	Perceber o princípio acrofônico que opera nos nomes das letras do alfabeto.	Desenvolver atividades que fortaleçam a apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação das habilidades de leitura e escrita.
EF02MA05	Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito.	Desenvolver jogos matemáticos, desafios e atividades que favoreçam a consolidação das operações fundamentais e do cálculo mental.
EF03MA05	Utilizar diferentes procedimentos de cálculo mental e escrito para resolver problemas significativos envolvendo adição e subtração com números naturais.	Propor situações-problema contextualizadas, incentivando diferentes estratégias de resolução e o desenvolvimento do raciocínio lógico.
EF04MA06	Resolver e elaborar problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação e da divisão.	Desenvolver atividades práticas, jogos e desafios que fortaleçam a compreensão das operações e sua aplicação em situações do cotidiano.
EF05MA07	Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com números naturais e números racionais cuja representação decimal seja finita.	Trabalhar estratégias diversificadas de resolução de problemas, promovendo a interpretação matemática e a autonomia dos estudantes.
CG10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Incentivar a organização da rotina de estudos, o estabelecimento de metas de aprendizagem, o acompanhamento do próprio desempenho e o desenvolvimento da autonomia acadêmica.

A Orientação de Estudos e o Clube da Leitura deverão contribuir para a recomposição das aprendizagens, o fortalecimento das habilidades essenciais de Língua Portuguesa e Matemática e o desenvolvimento de hábitos de estudo que favoreçam o sucesso escolar dos estudantes.

As práticas pedagógicas deverão ser planejadas a partir do acompanhamento das aprendizagens e das necessidades identificadas pelos professores regentes, assegurando intervenções pedagógicas intencionais, articuladas e contextualizadas. O trabalho deverá priorizar metodologias diversificadas, estudos dirigidos, leitura orientada, resolução de problemas, jogos pedagógicos, produção textual e atividades voltadas ao fortalecimento das habilidades fundamentais previstas na BNCC.

O Clube da Leitura deverá ampliar o contato dos estudantes com diferentes gêneros textuais e obras literárias, incentivando o prazer pela leitura, a interpretação, a oralidade, a criatividade e a ampliação do repertório cultural.

Dessa forma, a Orientação de Estudos e o Clube da Leitura contribuirão para o fortalecimento da autonomia, da responsabilidade, da persistência e da confiança dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento integral e o sucesso escolar.

Tabela 7.1.2 – Jogos Pedagógicos

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15LP03	Localizar informações explícitas em textos.	Utilizar jogos que envolvam leitura e interpretação de instruções, regras, pistas e desafios escritos, favorecendo a compreensão leitora e a autonomia dos estudantes.
EF15LP09	Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor.	Promover jogos que estimulem a comunicação, a argumentação, a explicação de estratégias e a interação entre os participantes.
EF03MA05	Utilizar diferentes procedimentos de cálculo mental e escrito para resolver problemas significativos envolvendo adição e subtração com números naturais.	Desenvolver jogos matemáticos que estimulem o cálculo mental, a resolução de problemas e a construção de estratégias.
EF04MA06	Resolver e elaborar problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação e da divisão.	Propor desafios, trilhas matemáticas e jogos de estratégia que envolvam operações matemáticas e raciocínio lógico.
CG2	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade.	Desenvolver jogos de estratégia, investigação, desafios lógicos e situações-problema que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a busca de soluções.
CG8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Utilizar jogos que favoreçam o autoconhecimento, a autoestima, a expressão de emoções e a convivência saudável.
CG9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos.	Promover jogos cooperativos e atividades em grupo que incentivem o respeito, a colaboração, a empatia e a resolução pacífica de conflitos.
CG10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Desenvolver atividades lúdicas que estimulem a tomada de decisões, a persistência diante dos desafios, a autonomia e a responsabilidade.

Os Jogos Pedagógicos constituem uma estratégia de aprendizagem que valoriza o brincar, a interação e a construção significativa do conhecimento. As atividades devem ser planejadas de forma intencional, considerando os objetivos didáticos, as características dos estudantes e as habilidades previstas na BNCC.

Esse componente favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, da atenção, da memória, da concentração, da comunicação e das competências socioemocionais, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Os jogos podem ser utilizados como recursos para o fortalecimento das aprendizagens em diferentes áreas do conhecimento, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, promovendo situações desafiadoras, motivadoras e adequadas às necessidades de aprendizagem identificadas pelos professores.

Também poderão ser estruturados ou confeccionados pelos próprios docentes e estudantes, com o uso de recursos pedagógicos, tecnológicos e elementos do cotidiano escolar, favorecendo o desenvolvimento das habilidades previstas neste componente curricular.

Objetivo Pedagógico	Exemplos de Recursos e Jogos
Desenvolver o raciocínio lógico e a resolução de problemas	Xadrez, Damas, Torre de Hanói, Sudoku, Cubo Mágico, Tangram, Resta Um, Mancala, quebra-cabeças e desafios lógicos.
Fortalecer as aprendizagens matemáticas	Dominó matemático, Bingo matemático, Trilhas matemáticas, jogos de multiplicação e divisão, Batalha matemática, Material Dourado, jogos com cartas e desafios de cálculo mental.
Fortalecer as aprendizagens em Língua Portuguesa	Soletrando, Stop (Adedonha), Palavra Secreta, Jogo da Forca, Dominó de palavras, Caça-palavras, Cruzadinhas, jogos de formação de frases, interpretação textual e desafios de leitura e escrita.
Desenvolver a comunicação e a oralidade	Jogos de argumentação, jogos de expressão oral, contação de histórias, desafios de perguntas e respostas, rodas de conversa gamificadas e jogos de descrição.
Estimular a cooperação e o trabalho em equipe	Jogos cooperativos, desafios em grupo, Escape Room pedagógico, dinâmicas colaborativas e jogos de resolução coletiva de problemas.
Promover competências socioemocionais	Jogos de empatia, resolução de conflitos, autoconhecimento, tomada de decisões, autocontrole emocional e convivência respeitosa.
Utilizar recursos tecnológicos como ferramentas de aprendizagem	Kahoot!, Wordwall, Matific, Scratch, GCompris, Educandy e outros recursos digitais voltados ao desenvolvimento do raciocínio lógico e da aprendizagem.

Tabela 7.1.3- Língua Inglesa

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15LP04	Identificar o tema de textos orais e compreender informações apresentadas em diferentes situações comunicativas.	Utilizar músicas, histórias, vídeos e diálogos simples em língua inglesa, incentivando a compreensão global das mensagens.
EF15LP10	Participar de interações orais em situações comunicativas do cotidiano escolar.	Desenvolver atividades de apresentação pessoal, cumprimentos, jogos e pequenas interações em língua inglesa.
EF15LP02	Localizar informações explícitas em textos orais, visuais e multimodais.	Utilizar imagens, flashcards, músicas e recursos audiovisuais para identificação de vocabulário básico.
EF15LP03	Identificar elementos do contexto comunicativo, compreendendo quem fala, para quem fala e com qual finalidade.	Promover situações comunicativas relacionadas ao cotidiano dos estudantes, explorando comandos, apresentações e diálogos simples.
CG4	Utilizar diferentes linguagens para expressar ideias, sentimentos e informações.	Incentivar o uso de palavras, expressões e frases simples em atividades lúdicas e interativas.
CG3	Valorizar e fruir manifestações culturais locais e mundiais.	Apresentar músicas, histórias, brincadeiras e aspectos culturais de países de língua inglesa.

A Língua Inglesa, ofertada como componente de enriquecimento curricular nos Anos Iniciais da Educação Integral, deverá proporcionar aos estudantes um primeiro contato com uma língua adicional, despertando o interesse pela aprendizagem de novos idiomas e promovendo a ampliação de repertórios culturais e linguísticos.

As práticas pedagógicas deverão priorizar a ludicidade, a oralidade e a compreensão auditiva, utilizando músicas, jogos, brincadeiras, histórias, recursos visuais e situações comunicativas simples, adequadas à faixa etária dos estudantes.

Ela deverá contribuir para o desenvolvimento da curiosidade, da criatividade, da comunicação e do respeito à diversidade cultural, ampliando o repertório linguístico e cultural dos estudantes e favorecendo a construção de conhecimentos que servirão de base para o aprofundamento dos estudos da Língua Inglesa nos anos posteriores.

7.2. EIXO II – CULTURA, ARTE E EXPRESSÃO

Tabela 7.2.1 – Expressão Corporal, Teatro e Dança

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15AR20	Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais.	Desenvolver dramatizações, jogos teatrais, contação de histórias, improvisações, criação de cenas e atividades que estimulem a expressão, a criatividade e o trabalho em grupo.
EF15AR21	Exercitar a imitação e o faz de conta, ressignificando objetos e fatos e experimentando-se no lugar do outro, ao compor e encenar acontecimentos cênicos, por meio de músicas, imagens, textos ou outros pontos de partida, de forma intencional e reflexiva.	Promover encenações, criação de personagens, dramatizações temáticas e atividades que favoreçam a imaginação, a empatia, a comunicação e a expressão de sentimentos e ideias.
EF15AR24	Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.	Realizar atividades de expressão corporal, jogos de movimento, brincadeiras tradicionais, práticas rítmicas e manifestações culturais que valorizem a diversidade cultural e a participação dos estudantes.
EF15AR08	Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança presentes em diferentes contextos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal.	Desenvolver danças culturais, coreografias, movimentos livres, atividades rítmicas e apresentações artísticas que ampliem o repertório corporal e cultural dos estudantes.
EF15EF01	Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.	Organizar circuitos motores, jogos cooperativos, brincadeiras populares e atividades corporais que promovam interação, respeito, inclusão e trabalho coletivo.
CG3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Incentivar a participação em apresentações, mostras culturais, festivais, celebrações escolares e projetos artísticos que valorizem a expressão corporal, o teatro, a dança e a cultura local.
CG8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções	Desenvolver atividades que favoreçam o autoconhecimento, a autoestima, a expressão das emoções e a convivência respeitosa

	e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	por meio das linguagens artísticas e corporais.

Esse Enriquecimento Curricular deverá promover experiências que integrem movimento, criatividade, sensibilidade, imaginação e expressão, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

As práticas pedagógicas deverão oportunizar vivências individuais e coletivas que favoreçam a comunicação, a socialização, a autonomia, a cooperação e o respeito às diferenças, valorizando as múltiplas formas de expressão presentes nas manifestações artísticas e culturais.

Por meio de jogos teatrais, dramatizações, danças, brincadeiras, atividades rítmicas e expressivas, os estudantes serão incentivados a ampliar seu repertório cultural, desenvolver a consciência corporal, fortalecer a autoestima e expressar ideias, sentimentos e emoções de maneira criativa e significativa.

Dessa forma, o componente contribuirá para o desenvolvimento da sensibilidade estética, da criatividade, da expressão corporal, da convivência social e da valorização da diversidade cultural, fortalecendo o protagonismo dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Tabela 7.2.2– Arte e Criação

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15AR01	Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.	Promover a apreciação de obras de arte, artistas e manifestações culturais, ampliando o repertório artístico e cultural dos estudantes.
EF15AR02	Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, cor, espaço, movimento etc.).	Desenvolver atividades de desenho, pintura, colagem, modelagem e composição visual, explorando os elementos da linguagem artística.
EF15AR04	Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.	Desenvolver produções artísticas utilizando materiais diversos, inclusive recicláveis e reutilizáveis, incentivando a criatividade, a consciência ambiental e a sustentabilidade.

EF15AR05	Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.	Promover projetos artísticos individuais e coletivos, murais, exposições, instalações e produções colaborativas que valorizem o protagonismo estudantil.
EF15AR06	Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.	Incentivar momentos de apreciação, socialização e reflexão sobre as produções artísticas, valorizando diferentes interpretações e formas de expressão.
CG3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Incentivar a participação em exposições, mostras culturais, feiras, oficinas e projetos artísticos que valorizem a cultura local, a diversidade cultural e a expressão criativa.

O Enriquecimento Curricular de Arte e Criação deverá oportunizar experiências que valorizem a imaginação, a criatividade, a sensibilidade estética e a expressão artística dos estudantes, por meio da experimentação de diferentes técnicas, materiais e linguagens das artes visuais.

As práticas pedagógicas deverão favorecer a criação individual e coletiva, a apreciação artística, a produção cultural e o desenvolvimento da percepção estética, estimulando o protagonismo, a autonomia e a valorização das diferentes formas de expressão.

As atividades poderão contemplar desenho, pintura, colagem, modelagem, dobradura, escultura, artesanato, fotografia, confecção de brinquedos, produções com materiais recicláveis e reutilizáveis, além de projetos que integrem arte, cultura e sustentabilidade.

Dessa forma, o componente contribuirá para o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade estética, da expressão artística, da consciência ambiental e da valorização da diversidade cultural, fortalecendo a participação ativa dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Tabela 7.2.3 – Musicalização

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15AR13	Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de	Desenvolver atividades de escuta musical, apreciação de diferentes

	expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções da música em diversos contextos de circulação, em especial aqueles da vida cotidiana.	gêneros e manifestações musicais, cantigas, músicas folclóricas e produções culturais locais, ampliando o repertório musical dos estudantes.
EF15AR14	Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical.	Promover jogos rítmicos, percussão corporal, exercícios de pulsação, marcação de ritmo, acompanhamento musical e práticas coletivas que favoreçam a percepção dos elementos da linguagem musical.
EF15AR15	Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados.	Utilizar instrumentos musicais, materiais alternativos e objetos do cotidiano para produção sonora, incentivando a exploração de diferentes timbres, ritmos e possibilidades de criação musical individual e coletiva, incluindo práticas de percussão e construção de instrumentos.
EF15AR16	Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas, símbolos, desenhos etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.	Desenvolver atividades de criação e registro de sequências rítmicas, representação gráfica de sons, produção de partituras não convencionais e registro de experiências musicais individuais e coletivas.
EF15AR23	Reconhecer e experimentar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.	Organizar apresentações musicais e atividades integradas com teatro, dança e expressão corporal, valorizando a criatividade, a expressão artística e o trabalho coletivo.
CG3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Incentivar a participação em apresentações, festivais, mostras culturais, rodas musicais e projetos que valorizem a cultura local, a expressão musical e a diversidade cultural.

A Musicalização deverá proporcionar experiências que favoreçam a percepção, a experimentação e a expressão musical, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade artística, da criatividade, da coordenação motora, da concentração e da socialização dos estudantes.

As práticas pedagógicas deverão contemplar atividades de escuta, apreciação, produção e criação musical, explorando diferentes ritmos, gêneros, instrumentos, sons corporais e fontes sonoras presentes no cotidiano.

Poderão ser desenvolvidas atividades de construção de instrumentos musicais com materiais reutilizáveis, práticas de percussão corporal, exploração sonora, execução de ritmos utilizando materiais alternativos e organização de grupos de percussão, favorecendo o desenvolvimento da coordenação motora, da criatividade, da percepção rítmica, do trabalho em equipe e da consciência ambiental.

Dessa forma, ela contribuirá para o desenvolvimento da expressão artística, da criatividade, da sensibilidade musical, da cooperação e da valorização das diferentes manifestações culturais, fortalecendo a participação ativa dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

7.3. EIXO III – CORPO, MOVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

Tabela 7.3.1 – Práticas Interativas e Atividades Desportivas

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15EF01	Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.	Desenvolver atividades físicas recreativas, vivências corporais e experiências coletivas que favoreçam a interação, o respeito mútuo, a cooperação e o fortalecimento dos vínculos entre os estudantes.
EF15EF03	Experimentar e fruir esportes de marca e de precisão, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo.	Promover atividades físicas adaptadas, desafios motores, circuitos de movimento e práticas que estimulem a coordenação motora, a concentração, a superação de desafios e a participação ativa dos estudantes.
EF35EF05	Experimentar e fruir diversos tipos de esportes de campo e taco, rede/parede e invasão, identificando seus elementos comuns e criando estratégias individuais e coletivas básicas para sua execução.	Desenvolver práticas esportivas adaptadas, atividades recreativas e desafios corporais que favoreçam a participação, o trabalho em equipe, a cooperação e a adoção de hábitos saudáveis.
EF35EF06	Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem na contemporaneidade e suas manifestações.	Promover vivências corporais e esportivas que possibilitem aos estudantes compreender regras, estratégias, valores e características presentes em

		diferentes modalidades esportivas e recreativas.
EF15CI09	Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo são necessários para a manutenção da saúde.	Desenvolver atividades relacionadas ao autocuidado, à saúde física e emocional, aos hábitos saudáveis, à qualidade de vida e ao bem-estar dos estudantes.
CG6	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Promover rodas de conversa, atividades reflexivas e vivências que incentivem os estudantes a reconhecer seus interesses, potencialidades, sonhos, metas e responsabilidades na construção de seu projeto de vida.
CG8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Desenvolver atividades de autoconhecimento, autoestima, autocuidado, identificação de emoções e fortalecimento das relações interpessoais.
CG9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos.	Realizar vivências socioemocionais, atividades colaborativas e práticas de convivência que favoreçam o respeito, a cooperação, a empatia e a resolução pacífica de conflitos.

As Práticas Interativas e Projeto de Vida proporcionarão experiências que integrem movimento, interação, reflexão e convivência, contribuindo para o desenvolvimento físico, emocional e social dos estudantes.

As atividades contemplarão práticas físicas recreativas, vivências corporais, circuitos de movimento, exercícios de coordenação motora, desafios motores, práticas esportivas adaptadas, rodas de conversa e experiências socioemocionais que favoreçam o autoconhecimento, a construção da identidade, a autoestima, o autocuidado e a convivência respeitosa.

Também oportunizarão momentos de reflexão sobre valores, pertencimento, relações interpessoais, hábitos saudáveis, qualidade de vida, sonhos, metas e perspectivas para o futuro, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Dessa forma, contribuirão para a promoção da saúde física e emocional, do autoconhecimento, da autoestima, da empatia, da cooperação e da adoção de hábitos de vida saudáveis, fortalecendo a participação ativa dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

7.4. EIXO IV – CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL

Tabela 7.4.1 -Cidadania e Participação

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15LP09	Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, respeito e cooperação.	Promover rodas de conversa, debates orientados e atividades que incentivem a escuta ativa, o diálogo, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade cultural e étnico-racial.
EF15LP10	Escutar, compreender e participar de interações orais, respeitando a vez de falar e as diferentes opiniões.	Desenvolver assembleias de turma, momentos de escuta coletiva e discussões sobre situações do cotidiano escolar, fortalecendo atitudes de respeito, empatia e convivência democrática.
EF35LP11	Ouvir gravações, canções, textos falados e outros gêneros orais, valorizando diferentes variedades linguísticas.	Promover experiências que valorizem a diversidade linguística e cultural, reconhecendo diferentes formas de expressão presentes na sociedade brasileira.
EF15AR24	Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.	Desenvolver vivências culturais que valorizem manifestações indígenas, africanas, afro-brasileiras e de outros grupos que compõem a diversidade cultural brasileira.
EF15AR25	Conhecer e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias.	Desenvolver projetos, pesquisas, produções artísticas e ações educativas voltadas à valorização das matrizes culturais brasileiras e ao fortalecimento de atitudes antirracistas.
EF03HI03	Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.	Desenvolver pesquisas, rodas de conversa e projetos que valorizem a diversidade cultural presente na comunidade, reconhecendo as contribuições dos diferentes grupos para a formação da identidade local.
EF04HI10	Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.	Promover estudos, pesquisas e produções sobre os povos indígenas, africanos, afro-brasileiros, migrantes e outros

		grupos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira.
EF05HI04	Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.	Desenvolver atividades que promovam o respeito às diferenças, a valorização da diversidade, a inclusão e a defesa dos direitos humanos nos diferentes espaços de convivência.
EF05HI05	Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.	Realizar estudos, debates e projetos que abordem os direitos, deveres, a participação social, a justiça, a igualdade e a construção histórica da cidadania.
CG7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, respeitando diferentes pontos de vista.	Incentivar a participação dos estudantes em discussões, projetos e ações coletivas relacionadas à escola e à comunidade, promovendo o pensamento crítico e o respeito à diversidade de opiniões e culturas.
CG9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos.	Desenvolver atividades voltadas à convivência democrática, à cultura de paz, à valorização da diversidade e ao enfrentamento de preconceitos, discriminações e práticas racistas.
CG10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos e democráticos.	Estimular a participação em projetos escolares, ações solidárias, campanhas educativas e práticas de protagonismo estudantil voltadas à promoção dos direitos humanos, da equidade e da justiça social.

O Enriquecimento Curricular de Cidadania e Participação tem como finalidade promover a formação de estudantes conscientes de seus direitos e deveres, capazes de conviver de forma respeitosa, cooperativa e democrática nos diferentes espaços sociais.

As práticas pedagógicas favorecem o diálogo, a participação, a construção coletiva de regras de convivência, a resolução pacífica de conflitos e o desenvolvimento de atitudes de respeito, solidariedade, responsabilidade social e valorização da diversidade.

As ações educativas promovem a Educação para as Relações Étnico-Raciais, valorizando a história, a cultura e as contribuições dos povos indígenas, dos africanos, dos afro-brasileiros e das comunidades quilombolas para a formação da sociedade brasileira, além de incentivar o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e racismo.

O componente fortalece a cidadania, a convivência democrática e o protagonismo estudantil, incentivando a participação ativa dos estudantes na escola, na comunidade e nos diferentes contextos sociais dos quais fazem parte.

7.5. EIXO V – TECNOLOGIA, COMPUTAÇÃO E CULTURA DIGITAL

Tabela 7.5.1 -Tecnologia e Cultura Digital

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF15LP03	Localizar informações explícitas em textos.	Desenvolver pesquisas orientadas em sites, plataformas educacionais, reportagens, notícias e outros ambientes digitais, identificando informações relevantes e confiáveis para a construção do conhecimento.
EF15LP04	Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.	Analisar vídeos, infográficos, memes, campanhas digitais, histórias em quadrinhos, jogos educativos e publicações em redes sociais, compreendendo como imagens, cores, símbolos, sons e outros elementos influenciam a comunicação e a interpretação das mensagens.
EF15LP07	Editar a versão final do texto, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, ilustrando, quando for o caso, em suporte adequado, manual ou digital.	Produzir e editar podcasts, jornais digitais, apresentações multimídia, vídeos, entrevistas, campanhas educativas e outros conteúdos digitais de forma colaborativa, promovendo a comunicação e a autoria dos estudantes.
EF15LP08	Utilizar software, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multissemióticos disponíveis.	Utilizar aplicativos, editores de texto, apresentações digitais, plataformas colaborativas e ferramentas tecnológicas para criar, editar e compartilhar produções que integrem diferentes formas de comunicação, como textos, imagens, vídeos, áudios, gráficos, animações e podcasts.
EF35LP17	Buscar e selecionar, com o apoio do professor, informações de interesse sobre fenômenos sociais e naturais, em textos que circulam em meios impressos ou digitais.	Desenvolver projetos investigativos e pesquisas temáticas, estimulando a seleção de informações confiáveis, a comparação de fontes e a análise crítica dos conteúdos encontrados em ambientes digitais.
CG5	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais.	Desenvolver projetos e campanhas sobre cidadania digital, segurança na internet, proteção de dados pessoais, privacidade digital, cyberbullying, empatia e respeito nas redes sociais, prevenção a golpes virtuais, combate à

		desinformação, fake news, inteligência artificial e uso consciente das tecnologias digitais.
CG7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável.	Realizar debates, rodas de conversa, podcasts, seminários, fóruns estudantis e campanhas digitais que estimulem a argumentação, o pensamento crítico, a responsabilidade no compartilhamento de informações e a reflexão sobre os impactos das tecnologias na sociedade.

A Tecnologia deverá contribuir para o desenvolvimento da cultura digital, do pensamento crítico, da criatividade, da comunicação e da autonomia dos estudantes, fortalecendo competências necessárias para a participação ativa na sociedade contemporânea.

Por meio de experiências investigativas, colaborativas e autorais, os estudantes serão incentivados a utilizar as tecnologias digitais para pesquisar, produzir conhecimentos, comunicar-se e resolver problemas, de forma crítica, ética, segura e responsável.

As práticas pedagógicas também deverão promover reflexões sobre temas contemporâneos, como cidadania digital, privacidade e proteção de dados, segurança na internet, inteligência artificial, fake news, desinformação, cyberbullying, discurso de ódio e uso equilibrado das tecnologias, favorecendo a construção de atitudes de respeito, responsabilidade e convivência ética nos ambientes digitais.

Dessa forma, este componente contribuirá para a formação de estudantes protagonistas, capazes de utilizar as tecnologias digitais com autonomia, criatividade, senso crítico e responsabilidade, participando ativamente da cultura digital e do exercício da cidadania.

7.6. EIXO VI – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Tabela 7.6.1- Educação Ambiental e Sustentabilidade

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF02CI04	Descrever características das plantas (tamanho, forma, cor, fase da vida, local onde se desenvolvem etc.) que fazem parte de seu cotidiano e relacioná-las ao ambiente em que eles vivem.	Desenvolver atividades de observação, cultivo e registro das espécies presentes na horta escolar e em outros espaços naturais da escola.
EF02CI05	Investigar a importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em geral.	Realizar experimentos e observações sobre as condições necessárias para o desenvolvimento das plantas cultivadas.
EF02CI06	Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e a função desempenhada por cada uma delas,	Promover atividades práticas de cultivo, observação e estudo das plantas presentes na horta pedagógica.

	e analisar as relações entre as plantas, o ambiente e os demais seres vivos.	
EF03CI05	Discutir o uso de diferentes materiais no cotidiano e os impactos de sua produção, utilização e descarte para a saúde individual, coletiva e para o ambiente.	Desenvolver projetos de coleta seletiva, reciclagem, reaproveitamento de materiais e compostagem.
EF05CI04	Identificar os principais usos da água e de outros materiais nas atividades cotidianas para discutir e propor formas sustentáveis de utilização desses recursos.	Promover ações relacionadas ao uso consciente da água e dos recursos naturais utilizados na escola e na horta.
EF05CI06	Selecionar argumentos que justifiquem a importância da manutenção da cobertura vegetal para a conservação dos ciclos da água, a proteção do solo, dos cursos de água e da qualidade do ar atmosférico.	Desenvolver projetos de arborização, jardinagem, preservação ambiental e cultivo sustentável.
CG7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.	Promover pesquisas, debates e campanhas relacionadas à sustentabilidade, alimentação saudável e preservação ambiental.
CG9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos.	Desenvolver ações coletivas de cuidado com os espaços escolares, a horta e o meio ambiente.
CG10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Incentivar a participação dos estudantes na manutenção da horta, no desenvolvimento de projetos ambientais e na adoção de práticas sustentáveis.

A Educação Ambiental deverá contribuir para o desenvolvimento da consciência ambiental, da responsabilidade socioambiental e do compromisso com a sustentabilidade, fortalecendo atitudes de preservação dos recursos naturais, alimentação saudável, consumo responsável e participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa, sustentável e comprometida com as gerações presentes e futuras.

Por meio de experiências práticas, investigativas e colaborativas, os estudantes serão incentivados a compreender as relações de interdependência entre os seres vivos, os recursos naturais e as ações humanas, reconhecendo a importância do equilíbrio ambiental para a manutenção da vida. As atividades desenvolvidas deverão favorecer a construção de valores, conhecimentos e atitudes voltados ao cuidado com o meio ambiente, à valorização da biodiversidade, à redução dos impactos ambientais e à adoção de práticas sustentáveis no cotidiano.

8. IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL: HABILIDADES DA BNCC E AÇÕES PEDAGÓGICAS SUGERIDAS- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Educação Integral deverá fortalecer o aprofundamento das aprendizagens, o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia, do protagonismo estudantil, da cultura digital, das competências socioemocionais e da construção do projeto de vida, assegurando a integração entre os componentes da Formação Geral Básica e os componentes de Enriquecimento Curricular.

Articulados à Formação Geral Básica e aos Eixos Integradores do Currículo, os enriquecimentos curriculares ampliarão as oportunidades educativas por meio de experiências que integrem conhecimentos acadêmicos, cultura, arte, esporte, tecnologia, sustentabilidade e cidadania, respeitando os interesses, as potencialidades e as diferentes formas de aprendizagem dos estudantes.

As práticas pedagógicas favorecerão a investigação, a criatividade, a participação, a cooperação, a comunicação, a resolução de problemas e a ampliação dos repertórios culturais e sociais, contribuindo para o fortalecimento das habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para a formação integral dos estudantes e para sua atuação crítica, responsável e autônoma diante dos desafios da vida contemporânea.

8.1. EIXO I – ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO DAS APRENDIZAGENS

Tabela 8.1.1– Orientação de Estudos e Clube da Leitura

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF67LP28	Ler, de forma autônoma, e compreender textos de diferentes gêneros, selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes.	Incentivar a leitura autônoma, a ampliação do repertório leitor e o desenvolvimento da fluência e da compreensão leitora.
EF69LP03	Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem; em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.	Desenvolver atividades de leitura, compreensão e interpretação de diferentes gêneros textuais, favorecendo a identificação de informações explícitas e implícitas.
EF69LP04	Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os	Promover a leitura crítica de textos publicitários e midiáticos, analisando

	recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes.	intenções comunicativas, estratégias argumentativas e práticas de consumo consciente.
EF69LP05	Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, gifs etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.	Desenvolver a interpretação de textos multissemióticos, ampliando a compreensão leitora e a capacidade de análise crítica.
EF69LP07	Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto de produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação –, ao modo, à variedade linguística e/ou semiótica apropriada a esse contexto, utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita e avaliação de textos.	Desenvolver atividades de produção, revisão e reescrita de textos, registros de leitura, resumos, resenhas e outras práticas que contribuam para o fortalecimento da escrita e da sistematização das aprendizagens.
EF69LP14	Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão para análise mais minuciosa e buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma.	Promover rodas de conversa, debates orientados e atividades de leitura que incentivem a reflexão, a formulação de questionamentos e a construção de conhecimentos.
EF69LP15	Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.	Desenvolver a oralidade, a argumentação, a escuta ativa e a participação em discussões relacionadas aos temas abordados nas leituras e nos estudos.
EF69LP32	Selecionar informações e dados relevantes de fontes diversas (impressas, digitais, orais etc.), avaliando a qualidade e a utilidade dessas fontes, e organizar, esquematicamente, com ajuda do professor, as informações necessárias (sem excedê-las) com ou sem apoio de ferramentas digitais, em quadros, tabelas ou gráficos.	Desenvolver estratégias de estudo, organização das aprendizagens, seleção de informações relevantes e sistematização de conteúdos por meio de quadros, tabelas e registros.
EF69LP34	Grifar as partes essenciais do texto, tendo em vista os objetivos de leitura, produzir marginálias (ou tomar notas em outro suporte), sínteses organizadas em itens, quadro sinóptico, quadro comparativo,	Trabalhar técnicas de estudo, leitura orientada, elaboração de

	esquema, resumo ou resenha do texto lido (com ou sem comentário/análise), mapa conceitual, dependendo do que for mais adequado, como forma de possibilitar uma maior compreensão do texto, a sistematização de conteúdos e informações e um posicionamento frente aos textos, se esse for o caso.	resumos, esquemas, mapas conceituais, anotações e registros que favoreçam a compreensão leitora e a recomposição das aprendizagens.
EF69LP44	Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.	Desenvolver práticas de leitura literária que favoreçam a reflexão, a empatia, a interpretação e a ampliação do repertório cultural.
EF69LP47	Analisar, em textos narrativos ficcionais, as diferentes formas de composição próprias de cada gênero, os recursos coesivos, a escolha lexical, os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso e dos recursos linguístico-gramaticais empregados.	Promover a leitura, análise e apreciação de narrativas literárias, desenvolvendo habilidades de interpretação e compreensão textual.
EF69LP48	Interpretar, em poemas, efeitos produzidos pelo uso de recursos expressivos sonoros (estrofação, rimas, aliterações etc.), semânticos (figuras de linguagem, por exemplo), gráfico-espaciais (distribuição da mancha gráfica no papel), imagens e sua relação com o texto verbal.	Desenvolver a apreciação e interpretação de textos poéticos, explorando recursos expressivos e ampliando a sensibilidade estética dos estudantes.
EF69LP49	Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura e por outras produções culturais do campo e receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temática e nas orientações dadas pelo professor.	Incentivar o hábito da leitura, a formação do leitor e a ampliação do repertório literário e cultural dos estudantes.

A Orientação de Estudos e o Clube da Leitura deverão contribuir para a recomposição das aprendizagens, o fortalecimento das habilidades de leitura, interpretação, escrita, argumentação e organização dos estudos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos estudantes em seu processo de aprendizagem.

As práticas pedagógicas contemplarão estratégias de estudo, leitura orientada, elaboração de resumos, esquemas, mapas conceituais, registros de aprendizagem, rodas de conversa,

apreciação literária, debates e atividades voltadas ao desenvolvimento da compreensão leitora, da análise crítica e da ampliação do repertório cultural.

O Clube da Leitura incentivará o contato com diferentes gêneros textuais e obras literárias, promovendo experiências que estimulem o interesse pela leitura, a reflexão, a interpretação, a criatividade e a formação de leitores críticos, autônomos e participativos.

Tabela 8.1.2– Educação Financeira

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
Matemática		
EF06MA32	Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em diferentes tipos de gráficos e redigir textos escritos com o objetivo de sintetizar conclusões.	Promover a análise de tabelas, gráficos e pesquisas relacionados ao consumo consciente, ao orçamento e à sustentabilidade financeira, favorecendo a leitura crítica de informações e a tomada de decisões responsáveis.
EF07MA02	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto da educação financeira, entre outros.	Desenvolver situações-problema envolvendo descontos, promoções, planejamento de compras, orçamento e consumo consciente, utilizando diferentes estratégias de resolução.
EF08MA04	Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais.	Desenvolver atividades relacionadas ao planejamento financeiro, à comparação de preços, ao controle de despesas e à análise de diferentes formas de pagamento, utilizando recursos digitais.
EF09MA05	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.	Desenvolver projetos relacionados a juros, inflação, investimentos, planejamento financeiro e tomada de decisões conscientes sobre consumo, crédito e poupança.
Geografia		
EF06GE11	Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.	Relacionar consumo consciente, uso sustentável dos recursos naturais e responsabilidade ambiental às escolhas de consumo e ao planejamento financeiro.
EF07GE06	Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim	Promover estudos sobre cadeias produtivas, economia, consumo responsável, distribuição de

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
	como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.	riquezas e sustentabilidade, articulando aspectos econômicos, sociais e ambientais.
EF08GE14	Analisar os processos de desconcentração, descentralização e recentralização das atividades econômicas a partir do capital estadunidense e chinês em diferentes regiões do mundo, com destaque para o Brasil.	Analisar as transformações da economia global e seus reflexos sobre a produção, o comércio, o consumo e a economia brasileira.
EF09GE11	Relacionar as mudanças técnicas e científicas decorrentes do processo de industrialização com as transformações no trabalho em diferentes regiões do mundo e suas consequências no Brasil.	Desenvolver reflexões sobre mundo do trabalho, geração de renda, empreendedorismo, qualificação profissional e planejamento financeiro.
História		
EF06HI16	Caracterizar e comparar as dinâmicas de abastecimento e as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos.	Promover estudos sobre a evolução das formas de trabalho, produção e abastecimento, relacionando-as às transformações econômicas e sociais ao longo da história.
EF09HI10	Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.	Analisar as transformações do sistema econômico e seus reflexos sobre o trabalho, a produção, o consumo e a organização da sociedade contemporânea.
CG1	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	Relacionar os conhecimentos da Educação Financeira às situações do cotidiano, favorecendo a compreensão das relações entre economia, sociedade e cidadania.
CG2	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Desenvolver situações-problema envolvendo orçamento, planejamento financeiro e tomada de decisões fundamentadas em dados, pesquisas e evidências.
CG5	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se	Utilizar planilhas eletrônicas, simuladores financeiros e outras tecnologias digitais para organizar informações, analisar despesas,

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
	comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	elaborar orçamentos e apoiar o planejamento financeiro.
CG6	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Desenvolver reflexões sobre trabalho, geração de renda, empreendedorismo, planejamento financeiro e projeto de vida, fortalecendo a autonomia e a responsabilidade nas escolhas pessoais.
CG7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	Promover debates e análises sobre consumo consciente, publicidade, sustentabilidade, responsabilidade financeira e impactos das escolhas econômicas na sociedade.
CG10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Incentivar o planejamento financeiro, a organização de metas, a tomada de decisões responsáveis e o uso consciente dos recursos financeiros.

A Educação Financeira deverá promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados ao planejamento financeiro, ao consumo consciente, à organização do orçamento e ao uso ético e sustentável dos recursos, favorecendo escolhas responsáveis na vida pessoal e coletiva. Sua abordagem deverá ocorrer de forma interdisciplinar, articulando conhecimentos da Matemática, da História, da Geografia e das Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possibilitando aos estudantes compreender as relações entre trabalho, produção, consumo, economia, sustentabilidade e cidadania.

As práticas pedagógicas deverão contemplar situações de aprendizagem contextualizadas, projetos investigativos, estudos de caso e resolução de problemas relacionados ao cotidiano dos estudantes. A utilização de tecnologias digitais, a análise de dados e informações econômicas deverão favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia, da responsabilidade e da educação para escolhas financeiras conscientes.

Tabela 8.1.3– Jogos Pedagógicos

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida

EF69LP14	Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão para análise mais minuciosa e buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma.	Desenvolver jogos investigativos, desafios individuais e coletivos, situações-problema e atividades que estimulem a observação, a reflexão, a formulação de hipóteses e a busca de soluções.
EF69LP15	Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.	Promover jogos e atividades que favoreçam o diálogo, a argumentação, a tomada de decisões, o respeito às regras e às opiniões dos colegas.
Competência Geral 2	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Desenvolver jogos de raciocínio lógico, desafios investigativos, quebra-cabeças, xadrez, dama e outras atividades que favoreçam a criatividade, a elaboração de estratégias e a resolução de problemas.
Competência Geral 8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Promover atividades lúdicas que favoreçam o autocontrole, a concentração, a persistência, a tolerância às frustrações e a gestão das emoções.
Competência Geral 9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Desenvolver jogos cooperativos, desafios em grupo e atividades que fortaleçam a empatia, o respeito mútuo, a convivência, o trabalho em equipe e a resolução pacífica de conflitos.
Competência Geral 10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Incentivar a autonomia, a responsabilidade, o cumprimento de regras, a tomada de decisões, a superação de desafios e o protagonismo dos estudantes.

Os Jogos Pedagógicos deverão constituir um espaço de aprendizagem lúdica e significativa, promovendo o desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, da concentração, da cooperação e da capacidade de resolver problemas em diferentes contextos.

As práticas pedagógicas contemplarão jogos de estratégia, desafios matemáticos, atividades investigativas, jogos cooperativos, jogos de linguagem, quebra-cabeças, xadrez, dama e outras experiências que favoreçam o pensamento crítico, a tomada de decisões e a interação entre os estudantes.

As atividades deverão incentivar a participação ativa, o respeito às regras, o trabalho em equipe, a argumentação, a persistência diante dos desafios e a valorização de diferentes estratégias para a resolução de problemas. Os recursos apresentados constituem sugestões pedagógicas e poderão ser ampliados ou adaptados conforme os objetivos de aprendizagem, a faixa etária dos estudantes, os recursos disponíveis na unidade escolar e o planejamento dos professores.

8.2. EIXO II – CULTURA, ARTE E EXPRESSÃO

Tabela 8.2.1 – Expressão Corporal, Teatro e Dança

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF69AR09	Pesquisar e analisar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança, reconhecendo e apreciando composições de dança de artistas e grupos brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas.	Desenvolver atividades de apreciação, pesquisa e vivências relacionadas à dança, valorizando diferentes manifestações culturais e formas de expressão corporal.
EF69AR10	Explorar elementos constitutivos do movimento cotidiano e do movimento dançado, abordando, criticamente, o desenvolvimento das formas da dança em sua história tradicional e contemporânea.	Promover práticas corporais e atividades que explorem movimentos cotidianos e dançados, favorecendo a percepção corporal e a expressão artística.
EF69AR11	Experimentar e analisar os fatores de movimento (tempo, peso, fluência e espaço) como elementos que, combinados, geram as ações corporais e o movimento dançado.	Desenvolver exercícios de expressão corporal, criação de movimentos e atividades que explorem os elementos constitutivos da dança.
EF69AR12	Investigar e experimentar procedimentos de improvisação e criação do movimento como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.	Realizar atividades de improvisação, criação e composição de movimentos, estimulando a criatividade e a expressão individual e coletiva.
EF69AR13	Investigar brincadeiras, jogos, danças coletivas e outras práticas de dança de	Promover danças coletivas, jogos corporais e

	diferentes matrizes estéticas e culturais como referência para a criação e a composição de danças autorais, individualmente e em grupo.	atividades que valorizem diferentes manifestações culturais e a criação artística.
EF69AR14	Analisar e experimentar diferentes elementos (figurino, iluminação, cenário, trilha sonora etc.) e espaços (convencionais e não convencionais) para composição cênica e apresentação coreográfica.	Desenvolver apresentações e produções artísticas utilizando recursos cênicos, coreográficos e expressivos diversos.
EF69AR24	Reconhecer e apreciar artistas e grupos de teatro brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas, investigando os modos de criação, produção, divulgação, circulação e organização da atuação profissional em teatro.	Promover atividades de apreciação teatral e conhecimento de diferentes produções e manifestações cênicas.
EF69AR25	Identificar e analisar diferentes estilos cênicos, contextualizando-os no tempo e no espaço de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética teatral.	Desenvolver atividades de observação, análise e apreciação de diferentes linguagens e estilos teatrais.
EF69AR28	Investigar e experimentar diferentes funções teatrais e discutir os limites e desafios do trabalho artístico coletivo e colaborativo.	Promover práticas teatrais que favoreçam a cooperação, o trabalho em equipe, a criatividade e a participação coletiva.
EF69AR29	Experimentar a gestualidade e as construções corporais e vocais de maneira imaginativa na improvisação teatral e no jogo cênico.	Realizar jogos teatrais, atividades de expressão corporal e vocal, improvisação e interpretação de personagens.
EF69AR30	Compor improvisações e acontecimentos cênicos com base em textos dramáticos ou outros estímulos (música, imagens, objetos etc.), caracterizando personagens (com figurinos e adereços), cenário, iluminação e sonoplastia e considerando a relação com o espectador.	Criar e apresentar cenas, dramatizações, esquetes, performances e produções artísticas integrando diferentes linguagens expressivas.
Competência Geral 3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Incentivar a participação em atividades artísticas e culturais, valorizando a diversidade cultural e a produção coletiva.
Competência Geral 4	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em	Desenvolver práticas que favoreçam a comunicação, a expressão de ideias, sentimentos, emoções e experiências por meio de

	diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	diferentes linguagens artísticas.

As atividades de Expressão Corporal, Teatro e Dança deverão promover experiências artísticas e culturais diversificadas, ampliando o contato dos estudantes com diferentes formas de expressão, representação e criação presentes nas linguagens da dança, do teatro e das práticas corporais.

As práticas pedagógicas contemplarão jogos teatrais, improvisação, dramatização, dança, expressão corporal, criação coreográfica, apreciação artística e produção de apresentações individuais e coletivas, favorecendo a experimentação, a criatividade, a comunicação e o desenvolvimento da sensibilidade estética.

As atividades deverão valorizar as culturas juvenis e as manifestações artísticas e culturais de diferentes contextos locais, regionais, nacionais e internacionais, promovendo o diálogo entre distintas linguagens artísticas, o respeito à diversidade cultural e o fortalecimento dos vínculos com a comunidade.

Dessa forma, contribuirão para a ampliação dos repertórios culturais e artísticos, o desenvolvimento da autonomia, da expressão de ideias, sentimentos e emoções, da cooperação e do protagonismo estudantil, favorecendo a formação integral dos estudantes.

Tabela 8.2.2 – Arte e Criação

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF69AR01	Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.	Realizar releituras de obras, galerias de imagens, exposições comentadas, pesquisas sobre artistas brasileiros e estrangeiros, rodas de apreciação artística e atividades de análise de diferentes produções visuais.
EF69AR02	Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço.	Desenvolver estudos sobre movimentos artísticos, linhas do tempo, painéis temáticos e produções inspiradas em diferentes estilos e períodos da história da arte.
EF69AR03	Analisar situações nas quais as linguagens das artes visuais se integram às linguagens audiovisuais (cinema, animações, vídeos etc.), gráficas (capas de livros, ilustrações de textos diversos etc.), cenográficas, coreográficas, musicais etc.	Promover projetos que integrem artes visuais, fotografia, cinema, animação, ilustração, música, dança, teatro e outras linguagens artísticas.
EF69AR04	Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma,	Explorar os elementos das artes visuais por meio de desenhos,

	direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento etc.) na apreciação de diferentes produções artísticas.	pinturas, colagens, observação de obras e experimentações artísticas utilizando diferentes materiais e técnicas.
EF69AR05	Experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, performance etc.).	Desenvolver oficinas de desenho, pintura, grafite, colagem, dobradura, escultura, modelagem, fotografia, vídeo, produção de quadrinhos e outras formas de criação artística.
EF69AR06	Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais.	Criar murais, painéis coletivos, exposições, instalações artísticas, produções colaborativas e projetos visuais utilizando materiais convencionais, recicláveis e recursos digitais.
EF69AR07	Dialogar com princípios conceituais, proposições temáticas, repertórios imagéticos e processos de criação nas suas produções visuais.	Produzir releituras, portfólios artísticos, projetos autorais e trabalhos inspirados em diferentes referências culturais, visuais e artísticas.
EF69AR08	Diferenciar as categorias de artista, artesão, produtor cultural, curador, designer, entre outras, estabelecendo relações entre os profissionais do sistema das artes visuais.	Promover pesquisas, entrevistas, rodas de conversa e estudos sobre profissões ligadas às artes visuais, à produção cultural e à economia criativa.
EF69AR31	Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.	Desenvolver projetos temáticos que relacionem arte, cultura, cidadania, diversidade, direitos humanos, história e questões sociais contemporâneas.
EF69AR32	Analisar e explorar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.	Realizar projetos integradores envolvendo artes visuais, música, dança, teatro, literatura e tecnologias digitais.
EF69AR33	Analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, design etc.).	Promover estudos, debates, pesquisas e produções artísticas que valorizem a diversidade cultural e diferentes formas de expressão e produção artística.
EF69AR34	Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a	Desenvolver pesquisas sobre patrimônio cultural, visitas a espaços culturais, exposições temáticas, valorização das manifestações culturais locais e produções inspiradas nas

	construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.	matrizes indígenas, africanas e europeias.
EF69AR35	Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável.	Utilizar aplicativos de desenho, fotografia, edição de imagens, produção de vídeos, animações, galerias virtuais e portfólios digitais para criação, registro e compartilhamento de produções artísticas.
Competência Geral 3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Incentivar a participação em mostras culturais, exposições, feiras, apresentações artísticas e projetos que valorizem a diversidade cultural e artística.
Competência Geral 4	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Desenvolver produções artísticas, exposições, apresentações, registros visuais e projetos criativos que possibilitem a expressão de ideias, sentimentos, experiências e conhecimentos por meio de diferentes linguagens.

As atividades de Arte e Criação deverão promover experiências artísticas diversificadas, ampliando o contato dos estudantes com diferentes manifestações das artes visuais, tradicionais e contemporâneas, favorecendo a construção de repertórios culturais, estéticos e criativos.

Para tanto, as propostas pedagógicas contemplarão atividades de apreciação artística, releitura de obras, desenho, pintura, colagem, modelagem, fotografia, produção de quadrinhos, instalações, projetos interdisciplinares e produções visuais individuais e coletivas, estimulando a imaginação, a sensibilidade estética e a expressão criativa.

O componente curricular buscará valorizar as manifestações artísticas e culturais de diferentes contextos locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como o patrimônio cultural material e imaterial, promovendo o respeito à diversidade cultural e o reconhecimento das contribuições de diferentes povos e tradições para a construção das identidades culturais.

As ações desenvolvidas também deverão incentivar a utilização de diferentes materiais, técnicas, recursos tecnológicos e linguagens artísticas, favorecendo a experimentação, a inovação, a produção autoral e o diálogo entre as artes visuais e outras formas de expressão.

Dessa forma, as atividades contribuirão para a ampliação dos repertórios culturais e artísticos, o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade estética, da comunicação, da expressão de ideias, sentimentos e experiências, favorecendo a autonomia, o protagonismo estudantil e a formação integral dos estudantes.

Tabela 8.2.3 – Musicalização

Código	Habilidade da BNCC	Ação Pedagógica Sugerida
EF69AR16	Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.	Promover rodas de escuta, apreciação musical, análise de letras, debates, pesquisas e reflexões sobre o papel da música em diferentes contextos sociais, culturais e históricos.
EF69AR17	Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.	Desenvolver atividades relacionadas aos meios de divulgação da música, plataformas digitais, rádios, festivais, mídias, espaços culturais e formas contemporâneas de circulação da produção musical.
EF69AR18	Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.	Realizar pesquisas, mostras musicais, audições comentadas e estudos sobre músicos, compositores e grupos musicais de diferentes épocas, estilos e culturas.
EF69AR19	Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.	Promover atividades de apreciação musical, comparação de estilos, elaboração de linhas do tempo e pesquisas sobre gêneros musicais brasileiros e internacionais.
EF69AR20	Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.	Desenvolver jogos musicais, atividades rítmicas, percussão corporal, desafios de percepção sonora, práticas de escuta, experimentação sonora e utilização de recursos digitais voltados à apreciação e compreensão dos elementos da música.
EF69AR21	Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.	Explorar instrumentos musicais convencionais e alternativos, construção de instrumentos, práticas de percussão, identificação de timbres e sonoridades, podendo contemplar experiências com grupos instrumentais, corais, fanfarras ou bandas marciais, quando houver.

EF69AR22	Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.	Desenvolver atividades de leitura e criação de partituras convencionais e criativas, registros sonoros, gravação de áudios, produção de vídeos e utilização de recursos tecnológicos aplicados à música.
EF69AR23	Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.	Promover práticas de criação musical, composição de paródias, jingles, trilhas sonoras, improvisações, arranjos, apresentações musicais e produções colaborativas utilizando vozes, sons corporais e instrumentos musicais.
Competência Geral 3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Incentivar a participação em apresentações musicais, mostras culturais, festivais, eventos escolares e demais práticas artístico-culturais, incluindo grupos instrumentais, corais, fanfarras ou bandas marciais, quando ofertados pela unidade escolar.
Competência Geral 4	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Desenvolver atividades que favoreçam a expressão, a comunicação e a criação musical por meio de diferentes linguagens, recursos e tecnologias.

As atividades de Musicalização deverão promover experiências de apreciação, criação, execução e experimentação musical, ampliando o contato dos estudantes com diferentes estilos, gêneros, manifestações e práticas musicais de contextos locais, regionais, nacionais e internacionais.

As práticas pedagógicas contemplarão atividades de escuta e apreciação musical, canto, percussão corporal, experimentação sonora, criação de paródias, composições, improvisações, arranjos, produção de trilhas sonoras, utilização de instrumentos musicais e recursos tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento da percepção auditiva, da sensibilidade estética e da expressão artística.

As atividades deverão valorizar a diversidade das manifestações musicais, o patrimônio cultural e as contribuições de músicos, compositores e grupos musicais de diferentes épocas

e contextos culturais, promovendo o respeito às múltiplas formas de produção, circulação e apreciação da música.

As práticas desenvolvidas também poderão contemplar apresentações musicais, grupos instrumentais, corais, fanfarras e bandas marciais, de acordo com a realidade, os recursos disponíveis e a proposta pedagógica de cada unidade escolar.

8.3. EIXO III – CORPO, MOVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

Tabela 8.3.1 – Práticas Interativas e Atividades Desportivas

Código	Habilidade/Competência	Ações Pedagógicas Sugeridas
EF67EF03	Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.	Desenvolver desafios cooperativos, circuitos recreativos, jogos adaptados, atividades em equipe e dinâmicas que favoreçam a cooperação, o protagonismo, a convivência e a superação de desafios individuais e coletivos.
EF67EF08	Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática.	Realizar circuitos de movimento, atividades recreativas, alongamentos, desafios motores, exercícios de coordenação, equilíbrio e flexibilidade, promovendo a percepção corporal, o bem-estar e a adoção de hábitos saudáveis.
EF67EF09	Construir, coletivamente, procedimentos e normas de convívio que viabilizem a participação de todos na prática de exercícios físicos, com o objetivo de promover a saúde.	Promover rodas de conversa, elaboração coletiva de combinados, dinâmicas de integração e atividades que fortaleçam o respeito, a inclusão, a empatia e a convivência saudável.
EF89EF06	Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre.	Incentivar a identificação de espaços de lazer, práticas corporais e atividades saudáveis disponíveis na comunidade, estimulando a autonomia, a qualidade de vida e o uso consciente do tempo livre.

EF89EF09	Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais.	Desenvolver atividades e debates sobre saúde física e emocional, autocuidado, padrões corporais, autoestima, hábitos saudáveis e os riscos relacionados a práticas inadequadas para obtenção de resultados estéticos ou esportivos.
EF89EF11	Identificar as diferenças e semelhanças entre a ginástica de conscientização corporal e as de condicionamento físico e discutir como a prática de cada uma dessas manifestações pode contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo.	Realizar práticas de relaxamento, alongamento, respiração, consciência corporal e atividades voltadas à promoção da saúde, do equilíbrio emocional e da qualidade de vida.
Competência Geral 8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Promover dinâmicas de autoconhecimento, autoestima, inteligência emocional, autocuidado e reconhecimento das emoções, favorecendo o desenvolvimento pessoal e o bem-estar.
Competência Geral 9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Desenvolver atividades colaborativas, rodas de conversa, dinâmicas de grupo e experiências que fortaleçam a empatia, o diálogo, a cooperação e as relações interpessoais.
Competência Geral 10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Incentivar a participação em desafios, projetos, vivências e atividades que favoreçam a autonomia, a tomada de decisões, a responsabilidade, a perseverança, a definição de metas e a construção do projeto de vida.

As atividades de Práticas Interativas e atividades desportivas deverão promover experiências voltadas ao desenvolvimento do autoconhecimento, da saúde física e emocional, da convivência e da construção de hábitos de vida saudáveis, por meio de práticas corporais, atividades recreativas e vivências reflexivas.

As práticas pedagógicas contemplarão circuitos de movimento, desafios cooperativos, atividades recreativas, exercícios de consciência corporal, alongamento, relaxamento,

dinâmicas de integração, rodas de conversa e atividades voltadas ao reconhecimento das emoções, da autoestima e das potencialidades individuais.

As atividades deverão favorecer a reflexão sobre escolhas, interesses, sonhos, metas e perspectivas futuras, estimulando o planejamento pessoal, a valorização das próprias capacidades e o desenvolvimento de atitudes de cuidado consigo mesmo e com os outros.

As experiências propostas também deverão fortalecer a empatia, o respeito, a cooperação e a convivência saudável, contribuindo para a construção de relações interpessoais positivas e para a promoção do bem-estar no ambiente escolar

8.4. EIXO IV – CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL

Tabela 8.4.1 -Cidadania e Participação

Código	Habilidade/Competência	Ações Pedagógicas Sugeridas
EF69LP14	Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão para análise mais minuciosa e buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma.	Promover rodas de conversa, fóruns temáticos, assembleias estudantis, pesquisas sobre questões sociais, ambientais e culturais da comunidade, levantamento de problemas da escola e elaboração coletiva de perguntas investigativas.
EF69LP15	Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.	Realizar debates regrados, júris simulados, mesas-redondas, podcasts, seminários e discussões sobre temas relacionados aos direitos humanos, diversidade, cidadania, sustentabilidade e convivência democrática.
EF69LP21	Posicionar-se em relação a conteúdos veiculados em práticas não institucionalizadas de participação social.	Analisar campanhas sociais, manifestações culturais, produções artísticas, grafites, músicas, vídeos, movimentos juvenis e ações comunitárias, refletindo sobre suas mensagens e impactos sociais.
EF69LP22	Produzir, revisar e editar textos reivindicatórios ou propositivos sobre	Elaborar cartas abertas, abaixo-assinados, campanhas

	problemas que afetam a vida escolar ou da comunidade.	de conscientização, propostas de melhoria para a escola, projetos comunitários e documentos voltados à solução de problemas identificados pelos estudantes.
EF69LP23	Contribuir com a escrita de textos normativos.	Participar da elaboração ou revisão de regras de convivência, estatutos de grêmio estudantil, regulamentos de eventos, acordos coletivos, cartas de princípios e combinados construídos democraticamente.
EF69LP24	Discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, do Código Nacional de Trânsito, de regulamentações do mercado publicitário etc., como forma de criar familiaridade com textos legais – seu vocabulário, formas de organização, marcas de estilo etc. -, de maneira a facilitar a compreensão de leis, fortalecer a defesa de direitos, fomentar a escrita de textos normativos (se e quando isso for necessário) e possibilitar a compreensão do caráter interpretativo das leis e as várias perspectivas que podem estar em jogo.	Desenvolver estudos de caso, simulações, tribunais estudantis, rodas de debate e projetos voltados ao conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos.
EF69LP25	Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão, assembleia, reuniões de colegiados da escola, de agremiações e outras situações de apresentação de propostas e defesas de opiniões, respeitando as opiniões contrárias e propostas alternativas e fundamentando seus posicionamentos, no tempo de fala previsto, valendo-se de sínteses e propostas claras e justificadas.	Organizar assembleias de turma, conselhos de representantes, fóruns estudantis e espaços de escuta e participação na tomada de decisões da escola.
EF69LP26	Tomar nota em discussões, debates, palestras, apresentação de propostas e reuniões.	Produzir atas, relatórios, registros de assembleias, sínteses de debates e portfólios de projetos desenvolvidos pelos estudantes.

EF69LP27	Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/jurídicos e da esfera política.	Ler e analisar estatutos, regimentos, cartas de direitos, propostas de intervenção, campanhas públicas e documentos relacionados à participação social e cidadã.
EF08HI19	Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas.	Desenvolver pesquisas históricas, rodas de conversa, análise de documentos, exposições temáticas e estudos sobre os impactos da escravidão na sociedade contemporânea.
EF08HI20	Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.	Promover debates sobre igualdade racial, ações afirmativas, racismo estrutural, representatividade e justiça social.
EF08HI21	Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.	Realizar pesquisas, produção de painéis, estudos sobre os povos indígenas e reflexões sobre seus direitos, culturas e contribuições para a sociedade brasileira.
EF09HI26	Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas.	Desenvolver campanhas educativas, projetos de cultura de paz, debates sobre direitos humanos e ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação.
EF09HI33	Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.	Debater cidadania digital, uso ético das redes sociais, combate à desinformação, participação social na internet e segurança digital.
EF09HI36	Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.	Promover atividades sobre diversidade cultural, identidades, inclusão, respeito às diferenças e valorização das múltiplas formas de ser e viver em sociedade.
EF69AR34	Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias.	Desenvolver mostras culturais, exposições, feiras temáticas, pesquisas sobre patrimônios locais e projetos de valorização das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas.

EF07ER08	Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção.	Desenvolver atividades sobre liberdade religiosa, respeito às diferenças, combate à intolerância e valorização da diversidade cultural e religiosa.
EF08ER05	Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública.	Realizar debates mediados, estudos de caso e rodas de conversa sobre laicidade, democracia e convivência respeitosa entre diferentes crenças e convicções.
EF08ER06	Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.	Pesquisar políticas públicas, campanhas de direitos humanos e ações voltadas à promoção do respeito, da diversidade e da inclusão social.
EF09ER06	Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana.	Desenvolver projetos de convivência, círculos restaurativos, ações solidárias e atividades voltadas à cultura de paz.
EF09ER07	Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida.	Promover rodas de conversa, estudos de caso, projetos solidários e reflexões sobre valores éticos, responsabilidade social, respeito às diferenças e compromisso com o bem comum.
EF09ER08	Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos.	Desenvolver ações que favoreçam a tomada de decisões éticas, o compromisso com o bem comum e a atuação responsável na comunidade.
Competência Geral 6	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Promover projetos interculturais, estudos sobre identidades culturais, valorização das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas e reconhecimento da diversidade presente na comunidade escolar.
Competência Geral 7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e	Desenvolver projetos investigativos, campanhas de conscientização, debates e ações voltadas à defesa dos

	promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	direitos humanos, da sustentabilidade e da participação social responsável.
Competência Geral 9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Realizar mediação de conflitos, círculos de diálogo, atividades colaborativas e ações de fortalecimento da convivência democrática e do respeito à diversidade.
Competência Geral 10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Incentivar a participação em projetos sociais, ambientais, culturais e comunitários, fortalecendo o protagonismo estudantil, a responsabilidade coletiva e a participação cidadã.

As atividades de Cidadania e Participação deverão promover experiências voltadas à formação ética, democrática e cidadã dos estudantes, incentivando o desenvolvimento da consciência crítica, do respeito aos direitos humanos e da valorização da diversidade cultural, social, étnica e religiosa.

Para tanto, as práticas pedagógicas contemplarão debates, assembleias, projetos, campanhas educativas, ações comunitárias, pesquisas e atividades colaborativas que favoreçam o diálogo, a escuta, a argumentação, a cooperação e a participação dos estudantes na construção de soluções para questões relacionadas à escola e à comunidade.

Este componente constitui-se, também, como espaço privilegiado para o fortalecimento da participação estudantil na vida escolar, incentivando a organização de representantes de turma, a formação e o acompanhamento do Grêmio Estudantil, bem como o desenvolvimento de ações e projetos que contribuam para o exercício da cidadania, da liderança, da responsabilidade coletiva e do protagonismo juvenil. As propostas deverão promover o envolvimento dos estudantes nos espaços de diálogo, representação e gestão democrática da escola, inclusive por meio de incentivo à participação no Conselho Escolar.

Paralelamente, as atividades buscarão valorizar as contribuições dos povos indígenas, africanos, afro-brasileiros, das comunidades quilombolas e dos demais grupos formadores da sociedade brasileira, promovendo a Educação para as Relações Étnico-Raciais, o respeito à diversidade e o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência.

Por fim, as experiências desenvolvidas também deverão contemplar reflexões sobre cidadania digital, sustentabilidade, cultura de paz, justiça social e participação comunitária, contribuindo para a formação de sujeitos comprometidos com a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e socialmente justa.

8.5. EIXO V – TECNOLOGIA, COMPUTAÇÃO E CULTURA DIGITAL

Tabela 8.5.1 -Tecnologia e Cultura Digital

Código	Habilidade/Competência	Ações Pedagógicas Sugeridas
EF69LP01	Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso.	Promover debates, estudos de caso, campanhas educativas e análises de situações reais ou simuladas envolvendo cyberbullying, discurso de ódio, desinformação e convivência digital, incentivando atitudes de respeito, empatia, responsabilidade e uso ético das tecnologias.
EF69LP02	Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, outdoor, anúncios e propagandas em diferentes mídias, spots, jingle, vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e/ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.	Analisar campanhas publicitárias digitais, influenciadores digitais, estratégias de marketing nas redes sociais, consumo consciente e impactos da publicidade no comportamento dos usuários.
EF69LP03	Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.	Desenvolver atividades de leitura crítica de notícias, análise de memes, identificação de fake news, verificação de fontes e reflexão sobre a circulação de informações nos ambientes digitais.
EF69LP05	Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, gifs etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.	Explorar memes, charges, gifs e conteúdos virais, analisando linguagem, intencionalidade, humor, crítica social e os efeitos produzidos pelas diferentes linguagens digitais.

EF69LP06	Produzir e publicar notícias, fotodenúncias, fotorreportagens, reportagens, reportagens multimidiáticas, infográficos, podcasts noticiosos, entrevistas, cartas de leitor, comentários, artigos de opinião de interesse local ou global, textos de apresentação e apreciação de produção cultural, dentre outros em várias mídias, vivenciando de forma significativa o papel de produtor e divulgador de conteúdos.	Produzir podcasts, blogs, jornais digitais, campanhas educativas, vídeos, infográficos e conteúdos para redes sociais, utilizando diferentes mídias de forma ética, crítica e responsável.
EF69LP10	Produzir notícias para rádios, TV ou vídeos, podcasts noticiosos e de opinião, entrevistas, comentários, vlogs, jornais radiofônicos e televisivos, dentre outros possíveis, relativos a fatos e temas de interesse pessoal, local ou global.	Desenvolver projetos de rádio escolar, podcasts, entrevistas, canais educativos e produções audiovisuais voltadas à divulgação de conhecimentos, campanhas e ações da comunidade escolar.
EF69LP16	Analisar e utilizar as formas de composição dos gêneros jornalísticos da ordem do relatar, argumentar e entrevistar, considerando suas especificidades nos meios impressos e digitais.	Analisar notícias, reportagens multimídia, entrevistas e conteúdos jornalísticos digitais, compreendendo os processos de produção, circulação e consumo de informações na cultura digital.
EF69LP37	Produzir roteiros para elaboração de vídeos de diferentes tipos (vlog científico, vídeo-minuto, programa de rádio, podcasts) para divulgação de conhecimentos científicos e resultados de pesquisa.	Elaborar roteiros para vídeos educativos, campanhas digitais, podcasts, programas informativos e produções voltadas à divulgação de pesquisas e projetos escolares.
EF69LP38	Organizar os dados e informações pesquisados em painéis ou slides de apresentação, levando em conta o contexto de produção, as mídias e tecnologias que serão utilizadas e proceder à exposição oral de resultados de estudos e pesquisas.	Produzir apresentações digitais, infográficos, painéis interativos e exposições multimídia para divulgação de pesquisas, projetos e campanhas educativas.
EF69LP46	Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias e manifestações artísticas em diferentes espaços e plataformas, utilizando formas de expressão das culturas juvenis.	Participar de clubes de leitura digitais, festivais de vídeo, blogs, canais de booktubers, podcasts culturais, playlists comentadas e outras práticas de compartilhamento e produção cultural em ambientes digitais.
EF09HI33	Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo	Promover debates sobre cidadania digital, inteligência

	desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.	artificial, privacidade, algoritmos, redes sociais, participação social na internet e os impactos das tecnologias na vida contemporânea.
EF69AR35	Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável.	Desenvolver produções artísticas digitais, fotografia, edição de imagens e vídeos, animações, exposições virtuais e projetos multimídia, incentivando a criatividade, a autoria e o compartilhamento responsável de conteúdos.
Competência Geral 2	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Desenvolver projetos investigativos, desafios tecnológicos, resolução de problemas, cultura maker e atividades que estimulem a criatividade, a inovação e a busca de soluções para situações do cotidiano.
Competência Geral 4	Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Utilizar diferentes linguagens e mídias digitais para comunicação, expressão, produção de conteúdos e compartilhamento de conhecimentos em contextos diversos.
Competência Geral 5	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	Promover o uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais, incentivando a autoria, a colaboração, a segurança digital, a proteção de dados pessoais, a privacidade e a participação consciente nos ambientes virtuais.
Competência Geral 7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável.	Desenvolver atividades de pesquisa, checagem de informações, combate à desinformação, análise crítica de conteúdos digitais e produção de argumentos fundamentados em fontes confiáveis.

As atividades de Tecnologia e Cultura Digital deverão promover o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso crítico, ético, criativo e responsável das tecnologias digitais, possibilitando aos estudantes compreender, produzir e compartilhar informações e conhecimentos em diferentes contextos e linguagens.

Para tanto, as práticas pedagógicas contemplarão pesquisas, projetos, produções multimídia, podcasts, vídeos, apresentações digitais, campanhas educativas, atividades colaborativas e outras experiências que favoreçam a comunicação, a autoria, a criatividade, a resolução de problemas e o protagonismo dos estudantes no ambiente digital.

O componente buscará incentivar, de maneira central, a análise crítica das informações veiculadas nos diferentes meios de comunicação, promovendo reflexões sobre a confiabilidade das fontes, a desinformação, as Fake News, os algoritmos, a inteligência artificial e os impactos das tecnologias digitais na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, as propostas também abordarão temas relacionados à cidadania digital, à segurança na internet, à proteção de dados pessoais, à privacidade, ao combate ao cyberbullying, ao discurso de ódio e a outras formas de violência nos ambientes virtuais, contribuindo para a construção de relações pautadas no respeito, na ética e na responsabilidade.

Espera-se, com as experiências desenvolvidas, estimular o uso das tecnologias como ferramentas de aprendizagem, expressão, inovação e participação social, favorecendo a formação de estudantes capazes de atuar de maneira crítica, consciente e responsável na cultura digital.

9. METODOLOGIAS

A Educação Integral em Tempo Integral será desenvolvida por meio de práticas pedagógicas diversificadas, integradoras e intencionalmente planejadas, articulando a Formação Geral Básica aos componentes e experiências de Enriquecimento Curricular, de modo a assegurar a integração dos diferentes tempos, espaços, conhecimentos e experiências que compõem a jornada escolar.

As metodologias deverão favorecer a participação ativa dos estudantes, a investigação, a experimentação, a resolução de problemas, a aprendizagem colaborativa, o desenvolvimento de projetos, as práticas culturais, artísticas, corporais, científicas e tecnológicas, considerando as características dos estudantes, as especificidades de cada etapa e modalidade e os objetivos de aprendizagem definidos no currículo e nos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.

Em consonância com a Política Municipal, as práticas pedagógicas deverão superar a fragmentação entre turno e contraturno, assegurando intencionalidade pedagógica nos diferentes momentos da jornada, inclusive nas atividades de acolhimento, alimentação, higiene, descanso, convivência e transição entre as propostas educativas.

As metodologias deverão contemplar diferentes linguagens, tempos, agrupamentos, recursos e estratégias de aprendizagem, assegurando acessibilidade curricular e práticas pedagógicas inclusivas, de modo a eliminar barreiras à participação e à aprendizagem.

A utilização das tecnologias digitais deverá integrar as práticas pedagógicas de forma ética, crítica, responsável e consciente, favorecendo a pesquisa, a comunicação, a criação, a produção de conhecimentos e o protagonismo dos estudantes.

O planejamento deverá considerar, ainda, os saberes e as características do território educativo, possibilitando a utilização de espaços, manifestações culturais, conhecimentos comunitários e experiências locais como elementos integrantes das práticas curriculares.

As metodologias adotadas deverão ser continuamente analisadas e reorientadas a partir dos resultados do acompanhamento das aprendizagens, contribuindo para a recomposição das aprendizagens, a promoção da equidade e a melhoria contínua das práticas pedagógicas.

10. AVALIAÇÃO

A avaliação na Educação Integral em Tempo Integral constitui parte integrante do processo educativo e deverá assumir caráter diagnóstico, formativo e somativo, articulado ao planejamento, ao acompanhamento das aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos estudantes, conforme estabelecido pela Política Municipal.

Os processos avaliativos deverão considerar não apenas os resultados de aprendizagem, mas também os diferentes percursos, avanços, dificuldades, necessidades e potencialidades dos estudantes, respeitando suas características individuais e as condições sociais, culturais e territoriais em que estão inseridos.

Para tanto, poderão ser utilizados diferentes instrumentos e estratégias de acompanhamento, tais como observação sistemática, registros pedagógicos, produções individuais e coletivas, projetos, portfólios, atividades práticas, apresentações, autoavaliação, avaliação entre pares e demais evidências produzidas ao longo do processo educativo.

Os resultados das avaliações deverão subsidiar o planejamento e o replanejamento das práticas pedagógicas, possibilitando intervenções pedagógicas oportunas, recomposição das aprendizagens e adoção de estratégias que favoreçam a participação e o desenvolvimento de todos os estudantes.

A avaliação deverá também contribuir para o acompanhamento da efetividade da proposta de Educação Integral em Tempo Integral, articulando-se aos processos de monitoramento da Política Municipal e aos indicadores educacionais definidos pela Secretaria Municipal de Educação. O Decreto nº 5.148/2026 prevê, entre outros aspectos, o acompanhamento da permanência, aprovação, reprovação, abandono, evasão, aprendizagem e desenvolvimento pleno dos estudantes.

Nas unidades escolares, os processos avaliativos deverão estar incorporados aos Projetos Político-Pedagógicos e ser desenvolvidos de forma participativa, contribuindo para a melhoria contínua da ação educativa.

11. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUIDADE

A Educação Inclusiva constitui princípio estruturante da Educação Integral em Tempo Integral, assegurando o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem, com equidade, respeito às diferenças e valorização da diversidade humana.

A organização pedagógica deverá considerar as diferentes condições, trajetórias, necessidades, interesses e potencialidades dos estudantes, adotando estratégias que favoreçam a participação efetiva de todos e contribuam para a superação das desigualdades educacionais.

As práticas pedagógicas deverão assegurar acessibilidade curricular, utilizando diferentes linguagens, tempos, agrupamentos, metodologias e recursos de apoio, de modo a eliminar barreiras que possam comprometer a participação e a aprendizagem dos estudantes. Essa orientação está expressamente prevista no art. 18, inciso II, do Decreto Municipal nº 5.148/2026.

Os componentes e experiências de Enriquecimento Curricular deverão contribuir para a construção de ambientes educativos acolhedores, democráticos e inclusivos, fortalecendo a convivência, o respeito mútuo, o sentimento de pertencimento e a valorização das diferenças.

A perspectiva da equidade deverá orientar também a organização das oportunidades educativas, reconhecendo que diferentes estudantes e territórios podem demandar diferentes estratégias e condições para assegurar o direito à aprendizagem.

Nesse sentido, a Educação Integral em Tempo Integral deverá contribuir para o enfrentamento das desigualdades, dos preconceitos, das discriminações e das diferentes formas de violência, promovendo uma educação comprometida com os direitos humanos, a diversidade e a inclusão social.

12. INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E TERRITÓRIO EDUCATIVO

A Educação Integral em Tempo Integral reconhece a cidade de São Fidélis como território educativo, compreendendo que os processos de aprendizagem e desenvolvimento acontecem em diferentes espaços, tempos e relações sociais.

A escola deverá estabelecer relações permanentes com as famílias, a comunidade e os diferentes espaços culturais, esportivos, ambientais, históricos, comunitários e institucionais existentes no território, ampliando as oportunidades educativas dos estudantes.

As práticas pedagógicas poderão incorporar os saberes locais, as manifestações culturais, a história, o patrimônio, as características ambientais e as formas de organização da comunidade, articulando-os aos conhecimentos e objetivos previstos no currículo.

Nesse contexto, poderão ser integrados às experiências curriculares os mestres de saberes e representantes da cultura popular do território, conforme previsto na Política Municipal, fortalecendo a valorização dos conhecimentos e das manifestações culturais locais.

A integração com o território poderá ocorrer por meio de projetos, pesquisas, visitas pedagógicas, atividades culturais, esportivas e ambientais, feiras, mostras, apresentações, ações comunitárias e outras experiências planejadas com finalidade educativa.

A relação entre escola, família e comunidade deverá fundamentar-se na corresponsabilidade, no diálogo e na participação, fortalecendo os mecanismos de gestão democrática e a construção coletiva das ações educativas.

A Educação Integral em Tempo Integral deverá, ainda, favorecer a articulação com outras políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e formação para o trabalho, respeitadas as competências de cada área.

13. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral requer processos permanentes de formação continuada em serviço, compreendidos como espaços de estudo, reflexão, planejamento, acompanhamento e aprimoramento das práticas educativas.

As ações formativas deverão estar articuladas aos princípios, objetivos e diretrizes da Política Municipal e às orientações deste Referencial Curricular, contemplando, entre outras, temáticas relacionadas à Educação Integral, currículo integrado, equidade, educação inclusiva, avaliação, metodologias pedagógicas, território educativo, educação digital e práticas de Enriquecimento Curricular.

A formação deverá considerar as especificidades das diferentes etapas e modalidades de ensino, bem como as necessidades identificadas no acompanhamento da implementação da Educação Integral em Tempo Integral.

Deverão ser assegurados espaços de formação e trabalho colaborativo envolvendo professores, equipes gestoras, profissionais de apoio e demais trabalhadores da educação, fortalecendo a construção coletiva das práticas pedagógicas e a integração entre os diferentes profissionais que atuam na jornada escolar.

Conforme estabelecido pelo Decreto Municipal nº 5.148/2026, a SEMED deverá implementar processo permanente de formação continuada em serviço, contemplando ações realizadas tanto nas unidades escolares quanto na Secretaria Municipal de Educação e assegurando a participação dos profissionais não docentes em ações formativas integradas aos Projetos Político-Pedagógicos.

A formação continuada deverá constituir, portanto, elemento permanente da implementação da Política Municipal, contribuindo para a qualificação das práticas pedagógicas e para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Referencial Curricular da Escola em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis constitui instrumento orientador da organização curricular e pedagógica da Educação Integral em Tempo Integral, traduzindo, no âmbito das práticas educativas, os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos pela Política Municipal instituída pelo Decreto nº 5.148, de 16 de julho de 2026.

Sua implementação deverá assegurar a articulação entre a Formação Geral Básica e o Enriquecimento Curricular, a integração dos diferentes tempos e espaços educativos, a valorização dos territórios, a promoção da equidade, a inclusão, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O Referencial estabelece unidade de concepção para a Rede Municipal de Ensino, sem desconsiderar as especificidades das unidades escolares, de seus estudantes e de seus territórios. Sua efetivação deverá ocorrer em articulação permanente com os Projetos Político-Pedagógicos, com a participação da comunidade escolar e em diálogo com as características e necessidades de cada realidade.

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral constitui responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias, os estudantes e a comunidade, em consonância com o princípio da corresponsabilidade estabelecido pela Política Municipal.

Sua efetivação deverá ser acompanhada de forma contínua, considerando os processos de avaliação, monitoramento e participação previstos na Política Municipal, de modo que os resultados produzidos possam subsidiar o planejamento, o replanejamento e o aprimoramento permanente das ações educativas. O Decreto prevê, inclusive, o monitoramento da equidade das matrículas, dos indicadores educacionais, das condições de infraestrutura física e pedagógica, da gestão democrática e da articulação intersetorial e territorial.

Assim, a Educação Integral em Tempo Integral de São Fidélis não se reduz à ampliação da jornada escolar. Amplia-se o tempo para ampliar direitos, experiências, conhecimentos, vínculos, participação e oportunidades de aprendizagem. O compromisso deste Referencial é assegurar que cada tempo, espaço e experiência que compõe a jornada escolar esteja a serviço da formação integral dos estudantes e da construção de uma educação pública de qualidade, equitativa, inclusiva e socialmente referenciada.

A escola de tempo integral não é mais escola: é outra escola. Não é mais tempo: é outro tempo. É o tempo em que se ensina e se aprende a viver, inteiramente.

São Fidélis, 2026.

15-REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022**. Institui normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: CNE, 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Institui Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026**. Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. Brasília, DF: CNE, 2026.

SÃO FIDÉLIS (Município)**. Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026.** Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. São Fidélis, RJ, 2026.

SÃO FIDÉLIS**. Conselho Municipal de Educação. Parecer CME nº 04, de 2026.** Aprecia e aprova a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. São Fidélis, RJ: CME, 2026.

PALAVRAS QUE EDUCAM

Depois de apresentar princípios, caminhos e possibilidades para a Educação em Tempo Integral, este Referencial se encerra com aquilo que dá sentido a todo esse percurso: a voz de quem vive a escola.

As poesias a seguir foram produzidas por estudantes das escolas que vivenciam a Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São Fidélis.

Em seus versos, revelam-se diferentes olhares sobre aprender, conviver, criar, brincar, descobrir e crescer. São palavras que traduzem, de forma simples e sensível, aquilo que este Referencial busca afirmar: Educação em Tempo Integral é ampliar possibilidades de desenvolvimento, aprendizagem e vida.

O prazer do Integral

Escola em tempo integral!

Nela, o mundo fica mais legal!

A aprendizagem é certamente fundamental, ainda mais com o tempo integral.

Na Escola Municipal Albertino Nascimento, a gente aprende e se diverte.

Agora, aprender está ainda melhor! Comunicar, estudar e brincar também é essencial!

Tempo integral: o prazer de estudar!

Paulo vieira Lopes Gonçalves
7º ano/2026
E. M. Albertino Nascimento

Nosso Integral no Vitalino

No Integral a gente aprende,
mas também sabe se divertir,
tem música, esporte e brincadeira,
e sempre algo novo pra descobrir.

Tem horta, jogos e projetos,
tem inclusão digital e criação,
a gente aprende fazendo,
tentando, errando e acertando,
com muita imaginação.

Tem amigos, tem novas experiências,
tem espaço para criar e sonhar.
Aqui a gente cresce um pouco a cada dia que passa.

No Integral é assim:
a gente aprende e compartilha,
faz novas descobertas
e cresce junto, dia após dia.

Marianne Escala da Costa e Mirian Rangel de Souza Talon
7º ano/2026
E. M. Vitalino Valente.

Tempo Integral é oportunidade

Na escola em Tempo Integral
tem música, teatro e tecnologia
que fazem o dia ficar mais legal,
cheio de conhecimento e alegria.

Mais tempo de ensino
é oportunidade de aprender e socializar,
transformando pela educação o destino
dos alunos que podem o mundo conquistar.

De manhã começamos a jornada
com alegria e determinação,
professores e alunos em uma só caminhada,
todos movidos pela educação.

Tempo Integral é oportunidade,
é ter cultura e conhecimento,
dando a cada um de nós a possibilidade
de viver cada ensinamento.

Guilherme Oliveira Bastos
7 º Ano/2026
Escola Municipal Washington Pontes

Que estas palavras permaneçam como convite para continuarmos construindo uma escola em que o tempo se transforma em oportunidade, o conhecimento se transforma em experiência e cada estudante encontre novos caminhos para aprender, criar, conviver e sonhar.

Educação em Tempo Integral: mais tempo para aprender, mais possibilidades para viver, mais oportunidades para transformar.

Secretaria Municipal de Educação de São Fidélis
Rede Municipal de Ensino
2026

PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS | EDUCAÇÃO

PORTARIA SEMED Nº 17, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026

Estabelece Normas e Procedimentos de Matrícula para ingresso e permanência de alunos nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de São Fidélis-RJ, para o ano letivo de 2027, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação de São Fidélis-RJ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 208 e inciso I do art. 217 da Constituição Federal Brasileira;

CONSIDERANDO o inciso III do art. 11 da Lei nº 9394/96 – LDBEN;

CONSIDERANDO os arts. 4º, 30, 37 e 58 da Lei nº 9394/96 – LDBEN;

CONSIDERANDO o inciso V do art. 53 da Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990 – ECA;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 03/16 acompanhado do Parecer CNE/CEB nº 08/15 que trata do atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducacionais;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 06/10 que trata do corte etário;

CONSIDERANDO o inciso IV do art. 31 da Lei nº12.796 de 04 de abril de 2013 que trata da obrigatoriedade do controle da frequência dos alunos da Pré-Escola (4 e 5 anos de idade);

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1442/15 – Plano Municipal de Educação – PME/SF;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 7.329/16 que trata da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO a Nota Técnica MEC/DPEE nº 04/14;

CONSIDERANDO o Regimento Interno das Unidades Escolares Municipais;

CONSIDERANDO a política educacional de atendimento à demanda de forma contínua e intencionada;

CONSIDERANDO a Resolução Municipal nº02 de 23 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024 que Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025 que Institui As Diretrizes Operacionais Nacionais Para A Educação De Jovens E Adultos – EJA.

CONSIDERANDO a Resolução CME/SF nº003 de 04 de julho de 2025.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Estabelece normas e procedimentos relativos ao processo de Rematrícula e Matrículas Novas nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2027.

Art. 2º- Compete ao Departamento de Inspeção Educacional elaborar o CRONOGRAMA (**Anexo I**) a ser executado pela Gestão Escolar e após análise, aprovação e publicação do órgão superior interno, fixar junto as Unidades Escolares Municipais.

Parágrafo Único: o Professor Supervisor Educacional orientará todo o processo de Rematrícula e Matrícula das Unidades Escolares pelas quais é coresponsável.

Art. 3º- A Secretaria Municipal de Educação incubir-se-à da propagação do período de Rematrícula e Matrículas Novas por meio de rádio e redes sociais, devendo cada Unidade Escolar colocar faixas, cartazes e fortalecer a divulgação.

Art. 4º- Compete ao Gestor Escolar promover na comunidade de atuação a divulgação do processo de Rematrícula e Matrículas Novas e:

§ 1º - atender a Portaria em vigor;

§ 2º- preparar sua equipe para acolher os responsáveis na orientação de forma clara sobre as questões que envolvem o direito de matrícula e rematrícula dos alunos.

§ 3º - zelar pela fidedignidade e atualização dos dados cadastrais e o devido arquivamento dos documentos solicitados;

§ 4º- após o período de rematrícula, organizar as turmas/salas e levantar o quantitativo de vagas remanescentes para a próxima etapa do CRONOGRAMA (Matrículas Novas).

§ 5º - finalizado o processo de matrículas novas, o Gestor Escolar deverá atualizar o Quadro de alunos que apresentam laudos médicos de acordo com a Resolução Federal nº 04/2009, Lei Federal nº 14.254/21 e a Resolução Municipal nº02/24 para os devidos procedimentos de atendimento a essa clientela.

Art. 5º- O processo de Rematrícula e Matrícula Nova da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2027, obedecerá:

§ 1º- a Ficha de Matrícula padrão da Rede Municipal de Ensino (**Anexo II A – Ensino Regular e Anexo II B – EJA**).

§ 2º- o inciso V do art. 53 da Lei Federal nº 8.069/90;

§3º- área mínima de 1/m² por aluno, sendo considerado mais 1/m² por mediador presente e permitida a ocupação máxima correspondente a 80% (oitenta por cento) da área física de cada sala de aula, excluindo deste computo as turmas destinadas ao berçário I, cujo cálculo deverá obedecer a área mínima de 1/m² por aluno, sendo permitida a ocupação máxima correspondente a 60% (sessenta por cento) da área física de cada sala de aula.

§4º- A não observância dos dispositivos constituirá responsabilidade da Gestão Escolar.

Art. 6º- É vedado o condicionamento da Rematrícula ou Matrícula ao pagamento de taxa de contribuição ou qualquer outra exigência de ordem financeira e material, inclusive aquisição de uniforme, material escolar e/ou carteira de identidade escolar.

Art. 7º - A Unidade Escolar deverá solicitar dos responsáveis, laudo médico, caso, no ato da matrícula a criança apresente alguma deficiência e/ou transtorno, com vistas ao atendimento adequado à descrição médica.

Parágrafo Único: Na ausência do laudo médico no ato da matrícula, a escola poderá oferecer um prazo de 30 (trinta) dias para que os responsáveis o apresente.

Art. 8º - Os alunos da Rede Municipal de Ensino matriculados em Unidades Escolares Municipais em que não tenha segmento subsequente terão suas Rematrículas garantidas por meio de REMANEJAMENTO via ofício de Unidade para Unidade, sendo obrigatório a oficialização da Rematrícula pelo responsável na escola dentro do prazo estabelecido no CRONOGRAMA.

§ 1º- O Gestor Escolar deverá informar aos responsáveis do aluno sobre o REMANEJAMENTO e informar sobre o período previsto no CRONOGRAMA, para oficialização da Rematrícula, esclarecendo ao responsável que a Rematrícula ocorrerá por ordem de chegada, disponibilidade de vagas na Unidade pretendida e dentro do prazo estipulado no CRONOGRAMA, observado o art. 4° desta Portaria.

§ 2º- O não comparecimento no período previsto no CRONOGRAMA, para oficialização da rematrícula, corresponderá a desistência da vaga.

§ 3º- Os Gestores Escolares responsáveis pela modalidade de creche, pré- escola e dos anos iniciais do Ensino Fundamental devem atentar para a data entre 14/10 a 23/10/2026 definida pela Secretaria Municipal de Educação, para o encaminhamento dos ofícios de REMANEJAMENTO.

Art. 9º- O aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade/ano escolar quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para o ano de escolaridade é de 2 (dois) anos ou mais, observado o quadro de referência idade/ ano de escolaridade abaixo:

Idade	Ano de Escolaridade
6 anos	1º ano
7 anos	2º ano
8 anos	3º ano
9 anos	4º ano
10 anos	5º ano

*Com data limite do corte etário

Parágrafo Único – O aluno que se encontra em distorção idade/ano de escolaridade poderá ser rematriculado ou matriculado nas turmas de correção de fluxo, conforme prevê Resolução própria, respeitando o quantitativo máximo de 15 alunos por turma.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

EDUCAÇÃO INFANTIL
ETAPA: CRECHE

Art.10 º - A Matrícula nas Unidades Escolares de Creches, terá caráter permanente e será realizada durante todo o ano letivo de 2027.

§1º- Observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de faltas consecutivas do aluno e o não comparecimento do responsável legal dentro desse prazo para justificar as faltas com documentação legal, a matrícula será cancelada, após contato da Unidade Escolar com a família ratificando o cancelamento.

§2º- Será oferecido o horário parcial às famílias que assim o desejarem.

§3º- A transferência de alunos de Creche Municipal deverá ser feita por meio de Protocolo de transferência **(Anexo III).**

Art. 11 - Nas Creches Municipais seguirá a ordem cronológica de cadastramento no Quadro de Demanda de Vaga, será realizado mediante apresentação de Certidão de Nascimento e comprovante de Residência do Responsável legal, em acordo com o inciso V do art.53 da Lei 8.069/90.

Art. 12 - As turmas nas Creches Municipais deverão ser formadas conforme segue:

- Berçário I: para crianças até 11 meses e 29 dias;
- Berçário II: para crianças com 01 (um) ano completo ou a completar até 31 de março do ano em que ocorrer a Matrícula;
- Maternal I: para crianças com 02 (dois) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que ocorrer a Matrícula;
- Maternal II: para crianças com 03 (três) anos completo ou a completar até 31 de março do ano em que ocorrer a Matrícula.

Art. 13 - As turmas nas Creches Municipais deverão ser compostas por quantitativo máximo de alunos conforme segue:

- Berçário I: 15 alunos;
- Berçário II: 15 alunos;

- Maternal I: 20 alunos;
- Maternal II: 20 alunos

Art. 14 - Em caso de absoluta excepcionalidade, visando a acomodação da demanda e garantir o direito à educação, a Unidade Escolar poderá multisseriar turmas de Berçário I e II, Maternal I e II, sob a orientação do Departamento de Inspeção Educacional/SEMED e respeitando o limite de alunos definido no art. 13.

ETAPA: PRÉ-ESCOLA

Art. 15 - As turmas da Pré-Escola da Rede Pública Municipal deverão ser formadas conforme segue:

I- Pré I: para crianças de 04 (quatro) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula;

II- Pré II: para crianças de 05 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Art. 16 - As turmas da Pré-Escola deverão ser compostas por quantitativo máximo de alunos conforme segue:

- Pré I: 25 alunos
- Pré II: 25 alunos

Parágrafo único: A capacidade de vaga por turma variará conforme o espaço físico oferecido pela Unidade Escolar que deverá atender ao que dispõe o art. 5º, §3º desta Portaria.

Art. 17 - Em caso de absoluta excepcionalidade, visando a acomodação da demanda e garantir o direito à educação, a Unidade Escolar poderá multisseriar turmas de Pré I e II, sob a orientação do Departamento de Inspeção Educacional/SEMED.

Art. 18 - A multisseriação na pré-escola poderá ocorrer conforme a realidade escolar apresentada (baixa demanda), respeitando a quantidade máxima de 20 (vinte) alunos em sala de aula.

ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 19 - Para ingresso no Ensino Fundamental a criança deverá ter a idade mínima de 6 (seis) anos completos, ou a completar até 31 (trinta e um) de março do ano em que ocorrer a Matrícula.

Art. 20 - As turmas do Ensino Fundamental deverão ser compostas pelo quantitativo máximo de alunos conforme se segue:

- 1º ano de escolaridade = 25 alunos
- 2º ao 5º ano de escolaridade = 30 alunos
- 6º ao 9º ano de escolaridade = 35 alunos
-

Parágrafo único: A capacidade do espaço físico deverá atender ao que dispõe o art. 5º §3º desta Portaria.

Art. 21 - A multisseriação no Ensino Fundamental poderá ocorrer conforme a realidade escolar apresentada (baixa demanda), respeitando a quantidade máxima de 20 (vinte) alunos em sala de aula.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 22 - A Rematrícula e Matrícula nova da Educação de Jovens e Adultos para o 1º e 2º Semestre do ano letivo de 2027 obedecerá ao CRONOGRAMA previsto no **Anexo I** .

Art. 23- A modalidade da Educação de Jovens e Adultos deverá observar a idade mínima de 15 (quinze) anos completos no ato da Matrícula.

Art. 24 - A multisseriação na Educação de Jovens e Adultos poderá ocorrer de acordo com a realidade escolar apresentada (baixa demanda), respeitando a quantidade máxima de 20 (vinte) alunos em sala de aula.

CAPÍTULO III

DA EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 25 - A efetivação da Matrícula da Educação Básica está a cargo do Gestor Escolar e ocorrerá na Unidade Escolar pretendida, mediante preenchimento da ficha de matrícula e entrega das cópias (conferidas com o original) dos documentos abaixo relacionados dentro do prazo estabelecido no CRONOGRAMA desta Portaria **(Anexo I)**, sendo realizada exclusivamente pelo responsável legal, pelo próprio aluno se maior de 18 anos ou avós, devidamente, registrados na certidão de nascimento do aluno.

- Cópia da Certidão de Nascimento;
- 1 (uma) foto da criança 3x4 atualizada;
- Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- Cópia do Cartão de Vacina atualizado e/ou Declaração da Unidade Básica de Saúde – SUS informando a situação atual de vacinação da criança com cópia do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde;
- Cópia do comprovante de Residência no nome do responsável legal pelo aluno; em caso de falta, declaração de próprio punho.
- Telefones para contato atualizados;
- Cópia do Registro Geral (RG) e/ou CPF dos Pais, ou Responsável legal do aluno;
- Cópia do Cartão do Programa Bolsa Família (se possuir);
- Documentação de Escolaridade (em caso de transferência) para a Matrícula na etapa de ensino correta;
- Autodeclaração (Ficha de Matrícula) informando cor/raça nos termos da Portaria MEC/INEP nº 156 de 20/10/2004;
- Laudo Médico para aqueles que apresentam deficiências de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2001 e Lei Federal nº 14.254/21;
- Comprovação do Serviço Militar, se maior de 18 anos;
- Cópia do Registro Geral (RG), se maior de 16 anos;

§ 1º- A falta da apresentação da Certidão de Nascimento ou Documentação de Escolaridade (este em caso de transferência) no ato da matrícula, impede a oficialização desta;

§ 2º- O responsável que não possui guarda/tutela da criança e/ou adolescente, deverá procurar o órgão responsável para regularização da situação (Defensoria Pública) para assim efetivar a matrícula.

§ 3º- Na falta dos demais documentos exigidos no ato da matrícula, a Gestão Escolar dará prazo de até 30 (trinta) dias para o responsável legal providenciar a entrega na Unidade Escolar. O descumprimento do prazo, levará a Gestão Escolar encaminhar o caso para o Professor Supervisor Educacional;

§ 4º- Na impossibilidade de comprovação de escolaridade no ato da matrícula, o aluno deverá ser submetido ao processo de Classificação, para fins de regularização de sua escolaridade;

§ 5º – O Gestor Escolar, no caso de Classificação, deverá imediatamente informar ao Professor Pedagogo e Professor Supervisor da Unidade Escolar para providenciar a documentação necessária a tal processo;

§6º- O jovem ou adolescente em cumprimento de medida socioeducativa deverá ter a matrícula assegurada com prioridade sem qualquer forma de constrangimento, preconceito ou discriminação, tratando-se de direito fundamental público e subjetivo.

Art. 26 - A matrícula nova poderá ser cancelada, caso ocorra 15 (quinze) dias de faltas consecutivas do aluno sem justificativa e após esgotadas todas as tentativas da Unidade Escolar no que diz respeito ao contato com a família.

Parágrafo único: Compete ao Gestor Escolar proceder com as providências cabíveis descritas no caput do artigo, registrando todo o processo.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - O Processo de efetivação de Matrículas Novas encerra- se na data de 16/12/2026 para organização e fechamento do ano de 2026 e reabre conforme calendário letivo de 2027.

Art. 28 - O Quadro de Demanda, referido no art. 11 desta Portaria, faz referência ao ano letivo corrente, não sendo utilizado para o próximo ano letivo.

Art. 29 - O processo de transferência poderá ocorrer em todo o ano letivo, exceto nos 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do último dia letivo do ano vigente.

Art. 30 - Os casos omissos nesta Portaria, serão tratados na Secretaria Municipal de Educação/Departamento de Inspeção Educacional.

Art. 31 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogada as disposições contrárias.

São Fidélis-RJ, 07 de outubro de 2026

JONATHAS SILVA DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

ANEXO IX
CRONOGRAMA DE REMATRÍCULA E MATRÍCULAS NOVAS

	AÇÕES	PERÍODO
I	Comunicado aos pais/responsável legal a respeito da (re)matrícula em outra U.E. para atender a etapa de ensino necessária ao aluno.	14/10 a 23/10/2026
II	Organização para a Rematrícula/Remanejamento e Levantamento do Quadro de quantitativo de vagas e encaminhamento de ofícios	14/10 a 23/10/2026
III	Rematrículas - Alunos da Rede Municipal	26/10 a 06/11/2026
IV	Matrículas novas para alunos oriundos da própria Rede Municipal (Maternal II, Pré II e 5º ano de escolaridade)	09/11 a 13/11/2026
	EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
V	Matrículas novas para criança com laudo e morador da localidade	16/11/2026
VI	Matrículas novas para criança com laudo (público em geral)	17/11 a 19/11/2026
VII	Matrículas novas para morador da localidade	23/11 e 24/11/2026
VIII	Matrículas novas (público em geral)	25/11 a 16/12/2026
	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	
IX	Rematrícula e Matrículas Novas (1ºsemestre/2027)	26/10 a 16/12/2026
X	Rematrícula e Matrículas Novas (2ºsemestre/2027)	A definir

FICHA DE CONTROLE E AUTORIZAÇÕES

Eu, _____responsável pelo aluno (a) _____, matriculado(a) nesta Unidade Escolar, declaro ter ciência do Regulamento Disciplinar da Rede Municipal de São Fidélis e ( ) autorizo ( ) não autorizo a publicação e divulgação da imagem do (a) aluno (a) em atividades realizadas pela unidade escolar ou das quais a escola esteja participando.

Assinatura do responsável: _____

SITUAÇÃO ESCOLAR

REQUEIRO A MATRÍCULA E/OU RENOVAÇÃO DE ACORDO COM O REGIMENTO ESCOLAR DESTE ESTABELECIMENTO DE ENSINO.

CRECHE / PRÉ-ESCOLA / ENSINO FUNDAMENTAL

DATA	ANO LETIVO	ETAPA - ANO	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	RESULTADO FINAL	SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA MATRÍCULA E/OU RENOVAÇÃO

"Se a Educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."
Paulo Freire

ANEXO II A – ENSINO REGULAR

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS *"Cidade Poema"*
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOVIMENTO EDUCACIONAL

FOTO

FICHA DE MATRÍCULA
ESCOLA MUNICIPAL_____

Aluno (a): _____
CPF: _____ ID: _____
Data de Nascimento ___/___/___ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____
Cor/Raça: Preta ( ) Parda ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Indígena ( ) Tribo _____ | Quilombola: Sim ( ) Não ( ) | Participa do Programa Bolsa Família? Sim ( ) Não ( )
Possui Irmãos nesta Unidade Escolar? Sim ( ) Não ( ) Quantos? _____

Saúde
Possui Necessidade Especial: Sim ( ) Não ( ) Qual ? _____
Apresentou laudo no ato da matrícula: Sim ( ) Não ( )
Apresenta problemas de saúde? Sim ( ) Não ( ) Qual?_____
Intolerância: Nenhuma ( ) Lactose ( ) Glúten ( ) Outros ( )

Endereço no ato da matrícula:
Rua: _____ Bairro: _____
Cidade/Estado: _____ Ponto de referência: _____

Filiação:

Pai:		Celular:
Profissão:	Estado Civil:	
Mãe:		Celular:
Profissão:	Estado Civil:	
Possui madrasta?	Nome:	Celular:
Possui padrasto?	Nome:	Celular:
Responsável Legal:	Nome:	Celular:

Mora com outras pessoas que não os pais? (Avós, tios, irmãos)

Nome:	Celular:
Nome:	Celular:
Nome:	Celular:

Renda Familiar:
Até 1 sálario ( ) De 1 à 2 sálarios ( ) De 2 à 3 salários ( ) De 3 à 4 salários ( ) Mais de 4 salários ( )

Dados Variáveis:

Data da Atualização:	Endereço:	Tel.:	Profissão: Pai: _____ Mãe: _____
Data da Atualização:	Endereço:	Tel.:	Profissão: Pai: _____ Mãe: _____

_____ **Responsável pela matrícula**

_____ **Responsável pelo aluno(a)**

ANEXO III
PROTOCOLO DE TRANSFERÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS *"Cidade Poema"*
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ESCOLA MUNICIPAL _____

PROTOCOLO DE TRANSFERÊNCIA
EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL
E EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS

Nº do Protocolo: _____

Aluno(a): _____

Data de Nascimento: _____ Etapa/Ano de Escolaridade: _____ Ano Letivo: _____

Nº do ID: _____ Nº da Bolsa Família: _____

Cursando ( ) Promovido(a) ( ) Não promovido(a) ( )
Aprovado(a) ( ) Reprovado(a) ( ) Evadido(a) ( )

( ) Aprovado(a) com Progressão Parcial em: _____

O(a) aluno(a) **deverá ser matriculado(a) no _____ Etapa/Ano/Fase Escolar.**

Educação Infantil ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Educação Jovens e Adultos ( )

Situação do Histórico Escolar

( ) Histórico Escolar a ser retirado em até vinte dias úteis.

( ) Histórico Escolar pendente - a entrega do histórico escolar desta Unidade está, temporariamente, inviabilizada devido à pendência de apresentação do histórico escolar da unidade anterior.

São Fidélis-RJ, ____ de _____ de _____

_____
Matrícula – Funcionário

PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS | EDUCAÇÃO

PORTARIA SEMED N ° 18, DE 7 OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a implementação do Referencial Curricular da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis/RJ e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO FIDÉLIS**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, e suas alterações, que estabelecem as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

Considerando o Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis;

Considerando o Parecer CME nº 08/2026, do Conselho Municipal de Educação de São Fidélis, que apreciou e aprovou o Referencial Curricular da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis-RJ,

RESOLVE:

Art. 1º O Referencial Curricular da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis-RJ, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação por meio do Parecer CME nº 08/2026, será observado como documento orientador da organização curricular e pedagógica da Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 2º As unidades escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral deverão observar as orientações estabelecidas no Referencial Curricular, em articulação com seus Projetos Político-Pedagógicos e demais normativas do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias para a divulgação e implementação do Referencial Curricular.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis, 7 de outubro de 2026.

JONATHAS SILVA DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS | EDUCAÇÃO

PORTARIA SEMED N ° 19, DE 8 OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a implementação do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis/RJ – 2027–2029 e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO FIDÉLIS**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, e suas alterações, que estabelecem as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

Considerando o Decreto Municipal nº 5.148, de 16 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis;

Considerando o disposto no art. 25 do Decreto Municipal nº 5.148/2026, que prevê a elaboração do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral;

Considerando o Parecer CME nº 09/2026, do Conselho Municipal de Educação de São Fidélis, que apreciou e aprovou o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis-RJ – 2027–2029,

RESOLVE:

Art. 1º O Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Fidélis/RJ – 2027–2029, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação por meio do Parecer CME nº 09/2026, será observado como instrumento de planejamento da expansão da oferta de Educação Integral em Tempo Integral no Município.

Art. 2º A execução das ações previstas no Plano de Expansão observará a legislação educacional vigente, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e as condições necessárias à sua implementação.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias para a divulgação, implementação, acompanhamento e monitoramento do Plano de Expansão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis, 8 de outubro de 2026.

JONATHAS SILVA DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

CMDCA São Fidélis-RJ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Revogada pela Lei nº. 1.350 de 11 de abril de 2013.
São Fidélis/RJ

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 17/2026

Dispõe sobre a confirmação e homologação da relação de candidatos deferidos e aptos a participar da etapa do Processo de Escolha Suplementar de membros do Conselho Tutelar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de São Fidélis, por meio da ***Comissão Especial para o Processo de Escolha Suplementar de membros suplentes do Conselho Tutelar***, constituída pela Resolução CMDCA nº 11/2026, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pela Resolução nº 231/2022 do CONANDA e pela Lei Municipal nº 1.350/2013.

CONSIDERANDO que, no prazo estabelecido para apresentação de impugnações pela população, não foi apresentada qualquer impugnação em face das candidaturas deferidas;
CONSIDERANDO que não houve, igualmente, recursos pendentes de apreciação que possam alterar a relação de candidatos anteriormente divulgada;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **confirmada e homologada** a relação dos candidatos com inscrição deferida e aptos a participar da etapa do Processo de Escolha Suplementar do Membro Suplente do Conselho Tutelar de São Fidélis, conforme relação abaixo.

NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
EDUARDA LIMA MANHÃES	001	DEFERIDO
RODOLPHO GUIMARÃES CORTES	002	DEFERIDO
JAYNNE MIQUELAN GOMES LOPES	003	DEFERIDO
HELISA DE AGUIAR SILVA	004	DEFERIDO
MARIA EDUARDA P. S. GUILHERME	005	DEFERIDO
ALESSANDRA CASSIMIRO P. MOREIRA	006	DEFERIDO

Rua Frei Vitório, 377, Centro – São Fidélis/RJ – E-mail: cmdcasfidelis@gmail.com

CMDCA São Fidélis-RJ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Revogada pela Lei nº. 1.350 de 11 de abril de 2013.
São Fidélis/RJ

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis, 06 de Outubro de 2026.

Ana Paula Pains de Oliveira
Presidente do CMDCA
São Fidélis/RJ

Rua Frei Vitório, 377, Centro – São Fidélis/RJ – E-mail: cmdcasfidelis@gmail.com

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Revogada pela Lei nº. 1.350 de 11 de abril de 2013.
São Fidélis/RJ

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 18/2026

Dispõe sobre a alteração da data da Posse do membro suplente do Conselho Tutelar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de São Fidélis, por meio da ***Comissão Especial para o Processo de Escolha Suplementar de membros suplentes do Conselho Tutelar***, constituída pela Resolução CMDCA nº 11/2026, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pela Resolução nº 231/2022 do CONANDA e pela Lei Municipal nº 1.350/2013.

CONSIDERANDO as atribuições conferidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pela legislação municipal vigente e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada composição do Conselho Tutelar, garantindo a continuidade e a regularidade dos serviços de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a existência de vaga de membro suplente do Conselho Tutelar e a necessidade de sua ocupação em caráter de urgência, a fim de assegurar a disponibilidade de suplente para eventual convocação, conforme as necessidades do órgão;

CONSIDERANDO que a antecipação da data para escolha do membro suplente contribuirá para a pronta recomposição da suplência e para o adequado funcionamento do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a data da posse dos membros suplentes do Conselho Tutelar de São Fidélis, anteriormente prevista para o dia **13 de outubro de 2026**, passando a ser realizada no dia **09 de outubro de 2026**.

Rua Frei Vitório, 377, Centro – São Fidélis/RJ – E-mail: cmdcasfidelis@gmail.com

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Revogada pela Lei nº. 1.350 de 11 de abril de 2013.
São Fidélis/RJ

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis, 06 de Outubro de 2026.

Ana Paula Pains de Oliveira
Presidente do CMDCA
São Fidélis/RJ

Rua Frei Vitório, 377, Centro – São Fidélis/RJ – E-mail: cmdcasfidelis@gmail.com

PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Compras

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 009/2026

Com base no Artigo 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021
Processo administrativo nº 521/2026

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO E FORNECIMENTO NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A Câmara Municipal de São Fidélis/RJ, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal nº. 14.133/2021, torna público aos interessados que sua administração pretende realizar **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA,** podendo os interessados apresentarem proposta de preços, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa

Início do prazo para apresentação da Proposta de Preços: 08/10/2026 às 10:00h.
Fim do prazo para apresentação da Proposta de Preços: 15/10/2026 às 10:00h.
Início da disputa: 15/10/2026 às 11:00h

A proposta de preços deverá ser protocolada exclusivamente através do Site https://bllcompras.com/Home.

O Termo de Referência da dispensa está disponível site oficial da Câmara Municipal de São Fidélis em https://www.saofidelis.rj.leg.br/ ou através do site https://bllcompras.com/Home/Login.

Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras ou Licitações no endereço eletrônico acima mencionados ou pelo e-mail:licitacao@saofidelis.rj.leg.br.

São Fidélis, 07 de outubro de 2026

PODER LEGISLATIVO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Gabinete da Presidência
Érick Lopes

PORTARIA Nº 028/2026

O Presidente da Câmara Municipal de São Fidélis, Vereador **ÉRICK LOPES GUIMARÃES**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o nacional abaixo relacionado, que exerce o cargo comissionado descrito, em conformidade com a Lei Municipal 1.866, de 24/09/2026, a partir de 01/10/2026.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	LOTAÇÃO
6.037	Matheus Mello de Souza	Assessor Legislativo I	Gab. do Ver. Alessandro Marins Ferreira

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2026.

São Fidélis, 07 de Outubro de 2026.

Érick Lopes Guimarães
Presidente